

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 4 | Novembro 2002 | Preço: 2 €



Arquivo C.M. Beja

P 9 a 12 Territórios - Alentejo Sudeste

P 3 a 6 Cooperação | P 7 INTERREG III | P 17 e 18 Lugares

Desenvolvimento local, inovação e cooperação

Neste número, destaque para a cooperação, em todas as suas vertentes. Várias ideias-chave sustentam a necessidade de uma maior cooperação; em primeiro lugar a nível local, entre parceiros, depois a nível regional, nacional e internacional.

Num mundo globalizado o fechamento sobre si próprio é suicidário, isolados somos pouco e a confrontação com outras realidades é muito enriquecedora. O equilíbrio económico e social das regiões, por mais pequenas que sejam, depende da capacidade de trocas com o exterior. Desenvolvimento local rima bem com abertura, inovação e cooperação.

Para além do Vector 3 que dará corpo às expectativas dos actores locais em matéria de cooperação, apresentamos também neste número o Programa INTERREG sempre numa perspectiva de facilitar o conhecimento de programas complementares que possibilitem interações e sinergias com as acções do Programa Leader+.

No contexto intra-europeu a cooperação pode ser vista como uma possibilidade de desenvolver trocas económicas, culturais, sociais e ambientais entre diferentes países que constituem a União Europeia de modo a criar empregos, estimular a mobilidade, criar redes de competências e reforçar fileiras de produção, enriquecer os conhecimentos culturais de cada um, e preservar o ambiente, contribuindo assim para uma Europa mais coesa na sua diversidade e riqueza.

No que diz respeito à cooperação com os países do Sul, a ideia de uma melhor repartição da riqueza, para a qual cada um pode e deve contribuir, centrada numa concepção horizontal, e porventura mais humana, da cooperação,

pode ser um instrumento poderoso; implicar directamente actores económicos, autarquias, estabelecimentos de ensino e outros parceiros locais, é um exercício pedagógico, de onde todos saímos a ganhar: os países do sul, ganham em apoios técnicos, recursos humanos e financeiros que tantas vezes fazem falta para concretizar projectos que têm a ver com a sobrevivência no quotidiano, e nós, populações dos países mais ricos, aprendemos a relativizar os nossos pequenos grandes problemas, a importância e uma compreensão mais ampla da noção e do acto de ser solidário, aprendemos também que a riqueza não é só o rendimento bruto por habitante, e que as populações de uma pequena aldeia de Timor, de Cabo Verde ou do Brasil têm muito para nos ensinar.

A União Europeia encontra-se na origem de metade da ajuda pública aos países em desenvolvimento e é para muitos deles o primeiro parceiro comercial. A Comissão Europeia considera que *o aumento das desigualdades prova que o crescimento e certas formas de ajuda nem sempre são suficientes para resolver as situações. A pobreza e a exclusão social são as principais causas que estão na origem de conflitos e metem em perigo a estabilidade e a segurança de muitos países e regiões. Este esforço participa na indispensável solidariedade que constitui uma dimensão essencial da sua acção na cena internacional. O exercício dessa solidariedade deve ser considerado um desafio fundamental.*

Partindo de uma experiência concreta de cooperação entre várias ADL e Cabo Verde, *Olhos nos Olhos* é um convite para se aprofundar o conceito de cooperação, passando de uma visão centrada sobre nós próprios para uma abordagem compreensiva de outras realidades e contextos locais.

A Feira de projectos transnacionais, apresentada pela Federação a Minha Terra dá-nos entre outros um exemplo do que pode ser uma acção concreta de cooperação transnacional com a Rede Europeia de Lojas de Produtos de Qualidade, apresentados pela Tagus e Proeções. Neste número, espaço também para uma reflexão sobre acções de cooperação com Timor-Leste nas quais estiveram envolvidas várias associações gestoras do Programa Leader.

Na Rubrica Territórios apresentamos o Alentejo Sudeste, a Associação Alentejo XXI respectivo PDL e, terminamos com o Azevinho, que decorará muitas das casas portuguesas nesta época do ano; um projecto inovador apoiado pela Dueceira.

Cristina Cavaco
ccavaco@inde.pt

Reestruturação orgânica cria IDRHa

No âmbito das reformas estruturais decididas oportunamente pelo XV Governo Constitucional, e no quadro das alterações à lei orgânica do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 246/2002, de 8 de Novembro de 2002, foi criado o **Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica** (IDRHa), em resultado da fusão da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGD Rural) e do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA).

De acordo com o n.º 2 do Artigo 18º a Presidência o IDRHa é constituída por um Presidente - Eng.º Carlos Mattamouros Resende - e por dois Vice-Presidentes - Dr. José Estevão e Eng.º Fernando Augusto Madureira.

Ao novo Instituto foram atribuídas funções essenciais e decisivas no âmbito da participação na formulação das políticas sectoriais e de desenvolvimento rural, de apoio à sua execução e coordenação e de iniciativas multifuncionais com incidência sobre o meio rural, designadamente em matéria de:

- valorização dos produtos tradicionais, formação profissional agrícola e associativismo;
- aproveitamentos hidroagrícolas, outras infra-estruturas rurais e regadio;
- desenvolvimento da mecanização e da electrificação rurais;
- utilização do solo, ordenamento agrícola e conservação do ambiente em meio rural.

Mais informação no site www.idrha.min-agricultura.pt.



Foto: Mafalda dos Santos

LEADER +

Territórios em rede e cooperação

Um melhor aproveitamento e dinamização das redes constituídas no decorrer do LEADER II, bem como consolidar as parcerias com entidades nacionais e internacionais são as expectativas dos GAL para o LEADER+ em Portugal, no que se refere à cooperação e trabalho em rede.

No âmbito do LEADER+ muitas ADL (Associações de Desenvolvimento Local) assinaram, entre si, protocolos de parceria, tanto ao nível de cada uma das regiões agrárias onde se localizam, como com outras entidades e organizações locais, regionais, nacionais e internacionais. A cooperação com outras organizações localizadas na União Europeia assim como com organizações de países em vias de integração na União Europeia (caso da Eslovénia ou da Polónia), prevê-se que seja mais intensa. Se no LEADER II os grupos parceiros pertenciam, de um modo geral, aos países do Sul da Europa, nomeadamente a Espanha, Itália e França, no LEADER+ prevê-se o alargamento desta cooperação aos PALOP, nomeadamente Angola e Cabo Verde, e também ao Brasil.

A cooperação, entendida enquanto complemento das acções programadas nos Planos de Desenvolvimento Local (PDL), é hoje um eixo fundamental nos processos de desenvolvimento local em meio rural. Neste processo de cooperação nacional e transnacional a estratégia do Grupo de Acção Local (GAL) prende-se com a promoção dos territórios e a valorização dos produtos locais, aliada ao interesse em aumentar a capacidade organizativa dos diversos actores económicos e sociais locais, assim como suscitar novas competências técnicas e profissionais. Deste modo, muitas das acções previstas nos vários planos de cooperação do LEADER+ apontam para a promoção, certificação e comercialização de produtos, a criação de itinerários, rotas ou sinalizações de determinado território ou produto que interessa divulgar, promovendo um alargamento de mercados e suscitando respostas inovadoras e ajustadas às particularidades do local. Noutros casos, a cooperação é equacionada como uma possibilidade de se responder, em conjunto, a problemas sociais comuns como seja, por exemplo, a integração de pessoas portadoras de deficiência ou a promoção de um dado produto, dando continuidade e projecção a vertentes de desenvolvimento perspectivadas para o Vector 1 dos PDL.

Intercâmbio de ideias e experiências

Os 102 projectos desenvolvidos no âmbito da cooperação transnacional do LEADER II tiveram como objectivos a promoção e valorização conjunta dos territórios, assim como o intercâmbio de ideias e experiências entre os GAL, tendo em vista a concepção e implementação, em comum, de estratégias de promoção e comercialização de produtos típicos do mundo



rural.

O turismo rural, a promoção e a comercialização de produtos agroalimentares e de artesanato foram as áreas de cooperação onde mais incidiram estes projectos. Noutros domínios, como as novas tecnologias de informação e comunicação, foi notório um interesse crescente, o que contribuiu para uma melhoria da informação disponibilizada tanto na Internet, como na edição de CD-ROM pelas entidades locais. Com efeito, estes projectos, para além de terem proporcionado maior troca de experiências e de informações, possibilitaram uma criação de sítios na Internet para difusão de informação relacionada com a promoção dos territórios, assim como uma maior inclusão na dinâmica da sociedade de informação, colocando as novas tecnologias de informação e comunicação ao serviço do mundo rural.

Em Portugal, o resultado da cooperação transnacional traduziu-se na criação de estruturas para a oferta de turismo rural, como centrais de reservas, redes turísticas, redes telemáticas para promoção e comercialização de produtos agroalimentares ou de revitalização da produção artesanal, na elaboração e divulgação de brochuras, roteiros, rotas e/ou itinerários de determinados produtos ou de promoção turística do património local bem como na organização e realização de mostras e outros eventos para divulgação do mundo rural.

Da análise de todo este processo de trabalho em rede e cooperação destaca-se a importância do Programa LEADER + no presente e num futuro próximo, não só enquanto possibilidade de se poder continuar a desenvolver e incrementar a troca de experiências e de informações, como também enquanto necessidade de se considerar prioritário o máximo envolvimento e participação dos diversos actores locais, tendo em vista o desenvolvimento participado e sustentável dos territórios rurais de Portugal.

Maria do Rosário Serafim
IDRHa

Cooperação com Cabo Verde

Olhos nos Olhos

Quase todos os municípios de Cabo Verde têm acordos de geminação com municípios portugueses, mas nem todas essas geminações conseguem corresponder às expectativas e aproveitar cabalmente os potenciais existentes de um e outro lado. É sentimento geral que as dinâmicas das geminações existentes podem ser potenciadas se for possível fazer evoluir esses protocolos, abrindo-os à participação das organizações da sociedade civil dos respectivos municípios.

Em Maio de 2001, um grupo de pessoas, em representação de seis associações de desenvolvimento local (ADL) e quatro câmaras municipais visitaram durante 15 dias uma vintena de associações comunitárias de desenvolvimento de comunidades rurais de Cabo Verde, inseridas no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) daquele país, através de um sub-programa denominado Programa de Luta Contra a Pobreza Rural (PLPR), com o objectivo de identificar possibilidades de cooperação e ganhar conhecimentos úteis ao futuro enquadramento de estágios de animadores locais em ADL portuguesas.

Extremamente sensibilizadas pelas duríssimas condições de vida das populações que compõem as comunidades rurais visitadas, onde tantas vezes o milagre da sobrevivência é inexplicável, essas pessoas e instituições decidiram juntar esforços para contribuir para o desagravar das situações encontradas. Para levar à prática essa decisão criaram, no momento, um grupo informal a que chamaram ACVER (há que ver se é possível). A cooperação entre ADL portuguesas e cabo-verdeanas começa aqui...

Um estágio nas ADL então envolvidas (Adraces, Beira Douro, Douro Histórico, Monte, Pinhal Maior e Raia Histórica) de dois grupos de operadores e animadores locais do PLPR com o objectivo de familiarizá-los com as práticas das ADL (uma vez que o PLPR é um programa inspirado nas metodologias LEADER), entre Outubro e Novembro, e o envio de dois contentores de 15 toneladas de material diverso para Cabo Verde (ainda nesse ano) foram acções que se revelaram extremamente positivas para o mútuo fortalecimento das relações entre todos os técnicos envolvidos, estimulando a criação efectiva e formal da ACVER - Associação Internacional para a Cooperação e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais.

Passado um ano após a primeira visita, a ACVER organizou uma segunda missão de técnicos e dirigentes de algumas das ADL suas associadas a Cabo Verde. De 21 a 29 de Outubro, 13 pessoas em representação da Direcção da ACVER e das associadas Corane, Douro Histórico, Beira Douro, Monte, Rota do Guadiana e Acaporama, contactaram directamente com os dirigentes e as comunidades rurais das Associações Comunitárias de Desenvolvimento dos municípios do Tarrafal e S. Miguel (ilha de S. Miguel), de S. Filipe e Mosteiros (ilha do Fogo), e de Porto Novo, Ribeira Grande e Paul (ilha de S. Antão).

Trabalhando com a Unidade de Coordenação do PNL (estrutura que integra a

gestão e a coordenação de vários programas de luta contra a pobreza, como o PLPR), a delegação da ACVER pôde continuar, por um lado, a avaliar e a identificar modalidades e acções concretas a desenvolver a curto e médio prazo entre as entidades representadas e, por outro, a iniciar a discussão de um protocolo de enquadramento geral das relações de cooperação a desenvolver.

Entre os vários contactos estabelecidos, a delegação da ACVER foi recebida pelo Ministro do Trabalho e Solidariedade num importante encontro que permitiu compreender melhor o enorme esforço que o Governo está a fazer para estender o sistema de Segurança Social à maioria da população e falar das enormes fragilidades e carências actuais do sector da formação profissional (em fase de reestruturação); sector para o qual existem grandes expectativas de apoio, quer do Governo português quer das organizações da sociedade civil do nosso país.

De grande utilidade foram igualmente os encontros com os presidentes das câmaras de alguns municípios e dirigentes de associações comunitárias que serviram para atestar os efeitos positivos da primeira visita da ACVER a Cabo Verde, e registar a total disponibilidade dos técnicos de Cabo Verde para intensificar a troca de experiências iniciada com os estágios realizados nas ADL portuguesas no final do ano passado, pois muito há ainda para fazer...

Cooperação e Solidariedade (uma boa companhia)

Quase todos os municípios de Cabo Verde têm acordos de geminação com municípios portugueses, mas nem todas essas geminações conseguem, pelas mais diversas razões de parte a parte, corresponder às expectativas e aproveitar cabalmente os potenciais existentes de um e outro lado. É sentimento geral que as dinâmicas das geminações existentes podem ser muito potenciadas se for possível fazer evoluir esses protocolos, abrindo-os à participação das organizações da sociedade civil dos respectivos municípios.

As ADL portuguesas e as Associações Comunitárias de Desenvolvimento de Cabo Verde, em parceria com as respectivas Câmaras, podem ser eficazes meios de dinamização das boas vontades, tantas vezes inconsequentes, por falta de quem se ocupe com a concepção e organização de acções diversificadas e inovadoras.

A cooperação entre pessoas e instituições pertencentes a realidades sócio-económicas e culturais muito diferenciadas coloca problemas para os quais é necessário grande esforço de imaginação, profundo sentido de justiça social e elevado sentido ético e moral em relação ao conceito de solidariedade.

Ao enfrentar os sorrisos e lágrimas de milhares de crianças que brincam alegremente sem ter nada daquilo que nós julgamos ser o mínimo essencial para sobreviver; ao enfrentar, incrédulos, a suavidade, "de aparente sem dor", plena de energia frustrada e de ancestral resignação, das mães dessas crianças, não podemos cair na tentação fácil de dizer "Mas com esta gente não se pode cooperar, eles não têm nada para trocar, o que eles precisam é que se lhes dê condições de vida; casa, alimentação, educação etc. etc.".

Talvez este contacto "Olhos nos Olhos" sirva para nos fazer ver que o termo **Cooperação** não pode ser redutoramente associado apenas aos aspectos materiais e/ou económicos. Entre outras coisas, ter a oportunidade de aprender como é possível acabar com os tais olhares de "passiva existência animal" das mães resignadas à miséria, pode ser, do ponto de vista do nosso próprio enriquecimento, uma dádiva equilibradora de um esforço de cooperação.

Estes e outros temas foram objecto das muitas conversas frontais entre os membros da delegação e os diferentes interlocutores cabo-verdeanos... Competirá a cada um dos participantes, às entidades que representam, e a todos os que se lhe queiram juntar, fazer o necessário para que as acções esboçadas se concretizem.

Camilo Mortágua
ACVER



RUI OREIRA

Apostar nas parcerias LEADER

Em desenvolvimento rural integrado para que um programa dê frutos é necessária uma intervenção a médio e longo prazo; mais ainda no caso de Timor-Leste em que está tudo por fazer e onde se está a trabalhar com horizontes de seis meses ou um ano, gerando grandes incertezas na continuidade do trabalho. Para as ONG e as ADL portuguesas as dificuldades são acrescidas devido à distância geográfica, apesar de ser notória a preferência dos timorenses em trabalhar com os portugueses e as esperanças que depositam nessa cooperação.

Quando, em Setembro de 1999, 80 por cento da população timorense votou pela independência de Timor-Leste pagou um preço demasiado elevado. A onda de violência que se seguiu levou à morte milhares de pessoas e mais de 300 mil foram obrigadas a deslocar-se. Com cerca de 70 por cento dos edifícios destruídos e sem infra-estruturas sociais, as Nações Unidas encontraram um país totalmente pilhado.

Nos dois anos e meio que se seguiram a ajuda internacional concentrou os seus esforços no apoio humanitário. Contudo, após este período de transição e já com a independência Timor-Leste continua a debater-se com a falta de quadros. Durante os 25 anos de administração indonésia não se formaram quadros e a sociedade civil não está ainda preparada para assumir as suas responsabilidades na definição das políticas de desenvolvimento. Da parte da UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas) também não houve a capacidade de associar os quadros timorenses existentes à gestão do novo país.

Das várias dezenas de ONG timorenses registadas grande parte não está a trabalhar e outras resultam de ONG estrangeiras que procuram parceiros locais. De uma forma geral a intervenção internacional por parte das ONG é feita com muitas dificuldades essencialmente por dois motivos: a falta de recursos humanos (e não só) disponíveis no território, e as dificuldades na obtenção de meios financeiros junto das instâncias internacionais para levar a cabo verdadeiros programas de desenvolvimento.

Sabemos que em termos de desenvolvimento rural integrado para que um programa de trabalho dê frutos é necessária uma intervenção a médio e longo prazo; mais ainda no caso de Timor-Leste em que está tudo por fazer e se está a trabalhar com horizontes de seis meses ou um ano, gerando por vezes grandes incertezas na continuidade do trabalho, com todas as consequências que daí advêm. Para as ONG e as Associações Desenvolvimento Local portuguesas as dificuldades são acrescidas devido à distância geográfica, apesar de ser notória a preferência dos timorenses em trabalhar com os portugueses e as esperanças que depositam nessa cooperação.

Do ponto de vista da segurança física o trabalho das Nações Unidas é considerado de uma forma geral excelente e só na zona Oeste, junto à fronteira com a Indonésia, esta continua a ser referenciada nos quadros de análise territorial feitos com as organizações locais como uma ameaça para o território. Relativamente à alimentação as principais dificuldades estão ultrapassadas, uma vez que Timor-Leste é um país

rico em solos agrícolas e a população se encontra, tradicionalmente, ligada à agricultura.

Em suma, os inúmeros constrangimentos que integram o dia a dia dos timorenses traduzem-se em três necessidades fundamentais: a reconstrução de um país (de todas as suas infra-estruturas sociais, edifícios, equipamento, etc.) e o renascer de um tecido económico e social; a formação e qualificação a todos os níveis e nas mais variadas áreas (formação de quadros, de técnicos, de empresários, alfabetização em português, etc.); e a emergência de uma sociedade civil participativa, protagonista de uma verdadeira política de desenvolvimento para Timor-Leste.

É neste contexto que o Vector 2 – Apoio à Cooperação Entre Territórios Rurais do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ poderá ter um papel fundamental, na medida em que um dos objectivos é precisamente incentivar e apoiar a cooperação entre territórios rurais de Estados-Membros da União Europeia e territórios rurais de países membros da CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Assumindo a forma de um Plano de Cooperação para um período de seis anos, o Vector 2 permite realmente desenvolver um trabalho de parceria com verdadeiras mais-valias para os territórios envolvidos.

Dado que os projectos de cooperação a desenvolver no quadro do LEADER+ deverão inscrever-se (tanto quanto possível) nas orientações temáticas definidas pelos GAL, pensamos que é possível encontrar, com relativa facilidade, parcerias, tendo em conta a diversidade de temas que estão a ser trabalhados pelas associações gestoras do Programa e a diversidade de temas que é possível trabalhar com Timor-Leste.

Fica assim lançado o desafio...

Rosa Tavares
TAIPA



Paula Matos dos Santos - INDE

Cooperação com Timor-Leste

Da reconstrução à formação

Em Setembro de 1999 a violência explodiu em Timor-Leste, e a reacção da INDE foi exactamente a mesma de todos os portugueses: de emoção e do sentimento “temos que fazer qualquer coisa”. Da emoção a uma cooperação estruturada, foram quase três anos de caminho e de aprendizagem.

Antes de 1999 a solidariedade com Timor-Leste consistiu essencialmente em oferecer a timorenses refugiados em Portugal facilidades logísticas: telefone, fotocópias, salas de reuniões... Quando chegaram a Dili as primeiras tropas australianas que abriam a porta para o regresso ao país, o primeiro pedido de apoio foi naturalmente para facilitar este regresso. Dias depois, os Médicos do Mundo mandavam um recado de Lospalos, na ponta Leste de Timor. Longe de Dili e das televisões, o cenário de desolação era de tal forma assustador que imperavam os apoios para a reconstrução.

A INDE tentou assumir um compromisso de solidariedade num contexto em tudo diferente das experiências anteriores. Nunca tinha realizado projectos em situação de emergência e o desafio era precisamente organizar uma operação de emergência tentando, ao mesmo tempo, respeitar uma filosofia de desenvolvimento local, com as exigências de parcerias, de lógica territorial, e de reforços das competências, *a priori* pouco compatíveis com o ambiente que se verificava em Timor.

Para responder ao pedido dos refugiados foi organizado um ciclo de formações, em Portugal, onde os candidatos ao regresso puderam definir e validar um projecto pessoal e encontrar diferentes actores do desenvolvimento local - várias ADL gestoras do programa LEADER participaram nestes encontros. O bilhete de avião e o apoio local eram outras componentes fundamentais deste projecto que, em dois anos, permitiu a 120 pessoas voltar em condições condignas.

Mas é em Lospalos que o essencial da cooperação se desenvolveu. No início de 2000, a reconstrução física era uma prioridade, e é através da formação que foi proposta uma resposta. Oitenta carpinteiros, pedreiros, electricistas, canalizadores foram formados, com recurso exclusivo a formadores timorenses, e participaram a reconstrução de edifícios públicos e comunitários, e uma cooperativa nasceu, que continua

em funcionamento. Ao longo dos meses foram desenvolvidas outras actividades: apoio ao arranque da fábrica de sabão com 17 mulheres da aldeia de Nairete, caixa de micro-crédito, reforço de organizações de juventude, trocas com grupos activos em outros distritos de Timor, alfabetização...

A comunicação revelou-se indispensável para permitir que elo social pudesse reconstruir-se. O apoio a uma rádio comunitária foi o passo lógico neste sentido, mais uma vez centrado na formação. Um grupo de correspondentes foi constituído em aldeias remotas, e foi apoiada a realização de um programa que dá a palavra às comunidades. O formador vinha da Guiné-Bissau, fruto de outro projecto de cooperação. A rádio foi a origem do início de uma segunda intervenção territorial em Timor-Leste, desta vez na outra ponta do país, em Maliana, ao lado da fronteira com a Indonésia. Outro distrito isolado, longe das primeiras páginas dos jornais, onde a destruição e a violência tinham sido a ordem do dia. Um processo de formação de um grupo de correspondentes foi iniciado com uma rádio comunitária, bem como o apoio à consolidação do comité de gestão da rádio: o apoio técnico veio da própria rádio de Lospalos, primeiro passo de uma cooperação local. Em Maliana, a intervenção não teve o aspecto de emergência dos primeiros meses, incidindo em aspectos diferentes: um trabalho sobre o melhoramento dos fogões é assim uma oportunidade para reforçar organizações comunitárias, e lançar as primeiras actividades de um projecto integrado onde a agricultura e a gestão da água são temas centrais.

Arnaud de la Tour
INDE

O financiamento dos projectos

O Fundo Europeu dos Refugiados financiou o essencial do apoio ao regresso dos Timorenses refugiados em Portugal. O Governo Português, através do CATTL, financiou parte significativa do início da cooperação em Lospalos, o apoio à rádio de Lospalos e o arranque do projecto em Maliana. A USAID financiou o apoio à rádio de Maliana, e renovou este apoio para Maliana, Lospalos, e uma terceira rádio em Liquiça. Localmente, a cooperação com outras ONG permitiu reduzir os custos de logística. E os fundos próprios da INDE (benefícios de prestações de serviço e donativos) fizeram o complemento.

Para o futuro, para além dos financiamentos tradicionais e da negociação, em conjunto com a Missão Agrícola portuguesa em Timor, de fundos de agências das Nações Unidas, a aposta é a cooperação descentralizada. Uma visita a Portugal do administrador do distrito de Lautem permitiu iniciar uma colaboração técnica e financeira a longo prazo com actores locais.



INTERREG III

Diferentes processos de Cooperação

O INTERREG III é um programa de Iniciativa Comunitária da CE, financiado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) para o período 2000-2006. As orientações foram aprovadas pela Comissão em 28 de Abril 2000 (C 143 de 23 de Maio 2000). Nos princípios de aplicação do INTERREG III destacam-se: a implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento; o aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis da administração com os agentes económico-sociais relevantes; a efectiva coordenação entre o INTERREG III e os instrumentos de política externa da UE especialmente tendo em vista o alargamento (programas PHARE, TACIS, MEDA, EDF, ISPA, SAFARD e CARDS). O INTERREG compreende três vertentes de cooperação:

EIXO A – TRANSFRONTEIRIÇO

Cooperação entre regiões fronteiriças vizinhas, tendo como objectivo desenvolver a cooperação económica e social através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento.

Abrange todas as áreas ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha ao nível de NUT III e incide especialmente nos seguintes domínios:

- promoção do desenvolvimento urbano, rural e costeiro;
- desenvolvimento da capacidade empresarial e das pequenas e médias empresas (PME), turismo e de iniciativas locais de desenvolvimento e de emprego (ILDE);
- integração no mercado de trabalho e promoção da integração social;
- cooperação em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico, educação, cultura, comunicação, saúde e protecção civil;
- protecção do ambiente, eficiência energética e fontes de energia renováveis;
- infra-estruturas básicas transfronteiriças, (de transporte, informação, telecomunicações, sistemas hídricos e energéticos);
- cooperação jurídica e administrativa;
- cooperação entre cidadãos e instituições.

EIXO B – TRANSNACIONAL

Cooperação entre grandes grupos de regiões europeias com o objectivo de prosseguir o desenvolvimento e uma maior integração territorial na UE e desta com os países candidatos ao alargamento e outros países vizinhos. Baseia-se no INTERREG IIC, nas redes transeuropeias (RTE) e no Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), privilegiando projectos inovadores com elevado efeito demonstrativo que sejam promovidos em conjunto com parceiros de *pelo menos dois países* e que visem os seguintes domínios:

- elaboração de estratégias operacionais de desenvolvimento territorial à escala transnacional, o que poderá incluir a cooperação entre cidades e entre zonas urbanas e rurais, tendo em vista fomentar um desenvolvimento policêntrico e sustentável;
- desenvolvimento de sistemas de transporte eficientes e sustentáveis, assim como de um melhor acesso à sociedade da informação;
- promoção do ambiente e da boa gestão do património cultural e dos recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos;
- fomento da integração das regiões marítimas, bem como das regiões insulares, em ambos os casos através de uma prioridade específica provida de uma dotação financeira adequada;
- promoção da cooperação integrada das regiões ultraperiféricas.

Quatro Programas têm incidência em Portugal:

- Espaço Sudoeste Europeu – abrange Portugal, Espanha, França (apenas 6 regiões francesas) e Reino Unido (Gibraltar);
- Espaço Atlântico - Portugal (todo o país), Irlanda (todo o país), Espanha, França e Reino Unido (algumas regiões destes três países);
- Espaço Mediterrâneo Ocidental – Portugal (Alentejo e Algarve), Grécia (todo o país), Itália, Espanha, França, (algumas regiões destes três países) e Reino Unido (Gibraltar);
- Espaço Açores/Madeira/Canárias – Portugal (Açores e Madeira) e Espanha (Canárias).

EIXO C – INTER-REGIONAL

Cooperação entre regiões no território da UE e países vizinhos para fomentar a coesão e o desenvolvimento regional mediante a constituição de redes, especialmente no caso das regiões menos desenvolvidas e das regiões em reconversão.

O Programa INTERREG III C abrange todo o território da UE e visa fomentar a cooperação entre entidades de regiões europeias não contíguas geograficamente, e entre estas e as de países terceiros.

O programa tem como objectivo estabelecer um plano geral para a cooperação inter-regional, visando melhorar a eficácia das políticas e dos instrumentos de desenvolvimento regional e coesão, mediante a constituição de operações que favoreçam a partilha de experiências adquiridas na gestão e aplicação dos fundos estruturais.

São elegíveis ao Programa as operações que visem os seguintes temas de cooperação:

- partilha de experiências relativas à implementação de projectos apoiados no âmbito dos programas das zonas Objectivo 1 e 2;
- partilha de experiências relativas à cooperação inter-regional desenvolvida nas anteriores iniciativas INTERREG;
- partilha de experiências adquiridas no âmbito da implementação de projectos apoiados pelo Programa URBAN e no geral na resolução de problemas de desenvolvimento urbano;
- partilha de experiências relativas à gestão dos Programas Regionais de Acções Inovadoras;
- partilha de experiências nos domínios da cooperação marítima e costeira, do ordenamento do território, da abordagem aos problemas em torno das regiões insulares e ultraperiféricas, da gestão territorial, da minimização dos efeitos de catástrofes naturais ou antropicas e da dinamização económica das regiões de baixa densidade populacional ou de montanha.

A cooperação inter-regional organiza-se segundo três tipos de operação:

- Operação Quadro Regional – baseia-se numa abordagem estratégica comum e visa promover o intercâmbio de experiências no seio de um grupo de regiões associadas em parceria – mínimo três parceiros – cobrindo um número limitado de assuntos de interesse comum através de um processo de partilha de experiências e de aprendizagem sustentável;
- Projecto individual de cooperação inter-regional – assenta num plano de trabalho detalhado, orientador dos objectivos e resultados esperados, elaborado em parceria por um conjunto de entidades públicas – mínimo três parceiros – visando a partilha de experiências e de conhecimentos adquiridos com a prática na implementação de instrumentos de política regional;
- Estabelecimento de redes – assenta num plano de trabalho elaborado por um conjunto de entidades públicas – mínimo cinco parceiros – e visa a partilha de experiências e a transferência de conhecimentos através da realização de seminários, viagens de estudo ou trocas de pessoal.

Para efeito da sua operacionalização o Programa está dividido em quatro zonas geográficas – Norte, Este, Sul e Oeste. A repartição do âmbito geográfico não impõe qualquer restrição ao estabelecimento de parcerias e à implementação de projectos, tendo unicamente finalidades de gestão administrativa e financeira do programa.

Portugal inscreve-se na zona Sul, sendo elegível a totalidade do seu território. São ainda elegíveis nesta zona a Espanha, a França (10 regiões e 4 territórios ultramarinos) o Reino Unido (Gibraltar), a Itália (12 regiões) e a Grécia (8 regiões).

Unidade de Coordenação
Nacional do Programa INTERREG III

Feira de projectos transnacionais LEADER

Na República da Irlanda 38 Grupos de Acção Local (GAL) iniciaram, desde há um ano, acções de desenvolvimento em zonas rurais, no âmbito do PIC LEADER+ e do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (*National Rural Development Programme* – NRDP). Estes dois programas nasceram dos resultados do LEADER II que, na Irlanda, contribuiu para a emergência de um exemplo europeu de sucesso no que diz respeito ao desenvolvimento rural integrado. Recentemente, os GAL irlandeses começaram um processo de identificação de parceiros, com vista a estabelecer cooperações europeias.

Para os ajudar a iniciar estes contactos, a *Innovation South* (uma estrutura que agrupa três agências de desenvolvimento local do Sul da Irlanda), organizou uma Feira de Projectos Transnacionais LEADER com o apoio oficial do *Department of Community, Rural and Gaeltacht Affairs* (Ministério encarregue da implementação do LEADER+ e do programa nacional de desenvolvimento rural na Irlanda). Esta Feira de Projectos foi o primeiro evento deste tipo na Europa no decurso do LEADER+ e ofereceu aos GAL e a outros grupos de desenvolvimento local a possibilidade de serem pioneiros na elaboração e desenvolvimento de projectos transnacionais.

Consciente da importância das iniciativas de animação da cooperação entre territórios rurais, a Federação Minha Terra associou-se a esta organização desde a primeira hora, divulgando a iniciativa irlandesa entre os GAL portugueses e articulando e apoiando a sua participação.

Dois dias cheios...

A Feira de Projectos que decorreu nos dias 21 e 22 de Novembro, em Cork, na Irlanda, compreendeu três momentos com três objectivos distintos.

A primeira sessão correspondeu a uma conferência que reuniu todos os participantes em torno das questões centrais relacionadas com a cooperação transnacional no LEADER+, tendo em conta as experiências do LEADER II e dando o enquadramento do Vector 2 em três outros países: França, Finlândia e Alemanha. Ficou claro, que não obstante a riqueza que a diversidade de realidades pode trazer aos processos de cooperação, é necessário um esforço de articulação entre as estruturas responsáveis pelo acompanhamento do programa no que diz respeito a prazos, métodos e critérios. Para além do envolvimento dos GAL na identificação de parceiros e na execução dos projectos, o sucesso das experiências de cooperação depende em grande medida das possibilidades abertas (ou não) pelos organismos intermediários e pelo conhecimento mútuo dos condicionalismos impostos pelos diferentes programas nacionais ou regionais.

Seguiu-se uma outra sessão, também em plenária, na qual alguns responsáveis nacionais apresentaram o enquadramento do movimento do desenvolvimento local na República da Irlanda, do Programa LEADER+ e dos Programas de Desenvolvimento Rural na República da Irlanda e na Irlanda do Norte. O *National Rural Development Programme*, a que os irlandeses chamam *LEADER National* não esconde

a sua paternidade – assumidamente o resultado do *mainstreaming* do LEADER II, conta hoje com 13 GAL financiados pelo FEOGA através do Plano de Desenvolvimento Nacional 2000-2006. Fruto de um percurso semelhante é o programa finlandês *POMO+*, que recorre a financiamento nacional, municipal e privado para por em prática uma iniciativa que se rege pelas mesmas regras do LEADER. Estas experiências vieram ao encontro de uma aspiração antiga do movimento do desenvolvimento rural português: a concretização da filosofia do LEADER num programa nacional de desenvolvimento rural.

O prato forte do evento foi a apresentação, em blocos alternativos, de um conjunto de mais de 30 workshops temáticos, apresentando estudos de caso e propostas concretas de projectos de cooperação na responsabilidade, na sua maioria de GAL irlandeses.

O momento final da feira de projectos constou de um conjunto de reuniões e encontros individuais que se apoiou num repertório de projectos transnacionais propostos pelos GAL irlandeses, previamente elaborado e distribuído, para facilitar os contactos entre potenciais parceiros.

A participação portuguesa

Com 15 GAL LEADER+ inscritos, Portugal foi convidado pela organização a animar um *workshop*. A Federação Minha Terra aceitou o convite e realizou uma breve apresentação sobre o LEADER em Portugal e sobre cada um dos GAL presentes nesta feira de projectos de Cork, ilustrada com alguns paladares característicos e documentação alusiva aos territórios de intervenção distribuída no *hall* da feira.

Com o objectivo de criar uma Rede Europeia de Lojas de Produtos de Qualidade em capitais e grandes cidades europeias, a TAGUS (Ribatejo Interior), acompanhada pela ProRegiões, procurou em Cork dar os passos iniciais para a construção deste ambicioso projecto. Trata-se de uma linha de intervenção na qual a TAGUS procura animar a comercialização dos produtos da sua zona de intervenção, procurando trazer novos públicos ao espaço da Loja do Mundo Rural (em Lisboa), mas acima de tudo procurando novos mercados, integrando-os numa estratégia "franchisadora" de nível europeu, onde se possibilita o acesso do mundo rural aos grandes espaços urbanos europeus. Desta interessante experiência, resultaram cinco contactos concretos, e concluiu-se que, não existindo nenhuma experiência similar a nível europeu, as características inovadoras do projecto estimulam a apetência dos novos parceiros, mas são limitadoras de um intervenção de curto prazo.

Neste, e noutros projectos, deram-se os primeiros passos... para um processo de longo curso.



Minha Terra



Minha Terra

Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
minhaterra@minhaterra.pt

Mostra de Produtos e Serviços

A associação Terras Dentro e a Câmara Municipal de Alvito promoveram, pelo sétimo ano consecutivo, a Mostra de Produtos e Serviços Locais e Regionais - evento incluído na multi-secular Feira dos Santos.

O certame decorreu de 31 de Outubro a 3 de Novembro no Alvito e contou com a realização de diversas exposições, apresentações de livros, promoção da gastronomia e cultura popular e cerca de meia centena de expositores regionais.

TERRAS DENTRO



Alvaro Caldeira

Textos de João Limão e Paula Matos dos Santos

Longe do mar, uma imensa planície “ondulada” reflecte uma paleta de cores variável consoante os humores do tempo. Dourada sob o sol tórrido de Verão, verde no Inverno, variável de tonalidades na Primavera e Outono, quando os mantos floridos cobrem os montes ou os campos charruados tomam as cores da terra. É este o território da Alentejo XXI.

A Zona de Intervenção (ZI) considerada no âmbito do programa LEADER+ da Alentejo XXI abrange freguesias de cinco concelhos: Aljustrel (uma freguesia), Beja (14), Castro Verde (3), Mértola (2) e Vidigueira (3), e corresponde a 2015 km², cuja área desfavorecida é equivalente à totalidade do território. A população residente é de aproximadamente 27 256 habitantes (Censos de 2001), o que se traduz numa densidade demográfica de 13,5 habitantes por km².

Distante do litoral, e fixado em torno do pólo urbano de Beja, aglutinador de populações locais, o território expande-se por uma mancha do Baixo Alentejo Interior, que tem na Vidigueira (Norte), Aljustrel (Oeste), e Castro Verde (Sul) os seus vértices interiores. Serpa e Mértola desenhavam as fronteiras a Este e Sudeste, mas já fora do território.

A interioridade e afastamento dos principais centros de decisão pesa sobre um território votado ao esquecimento, que sofre com os habituais problemas das zonas interiores. Escassamente povoada, toda a região do Alentejo tem revelado grande dificuldade de fixação da população. Resultado de um abandono gradual dos meios rurais em direcção aos centros urbanos, sobretudo para a Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, e para alguns países europeus industrializados. Só na década de 60, a região perdeu um quarto dos seus efectivos populacionais.

Actualmente, de acordo com os Censos de 2001, a população residente no Alentejo é de 534 565 habitantes. Número que reflecte um decréscimo de -2,7 por cento em relação aos dados de 1991. Neste período, a região contava com 543 mil habitantes, correspondentes a 5,5 por cento da população total do país. O fenómeno adquire contornos ainda mais acentuados na ZI da Alentejo XXI, onde o índice de evolução da população residente é de -9,7 por cento, com um decréscimo de menos 7 pontos percentuais que o Alentejo na sua globalidade. Esta baixa densidade populacional, surge acompanhada de fenómenos de desertificação e abandono dos espaços rurais. O envelhecimento demográfico, decréscimo da população e do peso relativo ao nível nacional são ainda factores de preocupação dominantes.

Aliado a isto, a elevada taxa de desemprego, em particular entre a população jovem e feminina é ainda um indicador de condicionamento. No segundo trimestre de 2002, a taxa de desemprego da Região do Alentejo registou um decréscimo de 1,2 pontos, situando-se em 5,1 por cento. Percentagem que, apesar do decréscimo, corresponde à segunda taxa de desemprego mais elevada a nível nacional. Outros factores de preocupação são o baixo nível de instrução entre a população residente desempregada e a elevada taxa de analfabetismo.

A agricultura e silvicultura continuam a representar um peso apreciável na economia da região, com 13,9 por cento do Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado (VABpm), e 25,4 por cento do emprego. O Alentejo é a região onde o sector secundário se revela menos dinâmico, com 40,3 por cento das pessoas a trabalharem neste sector. O sector terciário é aquele que apresenta um peso mais significativo, correspondendo a 50,5 por cento dos empregados, e 64,1 por cento das sociedades sediadas.

Perante um cenário pouco promissor, algumas das expectativas económicas do território sustentam-se em torno do famoso triângulo constituído pelo Aeroporto de Beja, Porto de Sines e Barragem de Alqueva. Equipamentos que podem contrariar os elevados índices de dependência da região, e contribuir para inverter a tendência do *Indicador de*

Confiança dos Consumidores, que no segundo trimestre deste ano atingiu os níveis mais baixos dos últimos anos.

Aos níveis geográfico e topográfico, a Serra de Portel, que se prolonga de Nascente a Poente, estabelece através da falha da Vidigueira, a separação entre as plataformas de Évora e Beja. A peneplanície entre os 100 e os 300m de altitude domina grande parte da área a sul, e a maior parte do território pertence ao Maciço Antigo Ibérico, formado por terrenos metamórficos (xistos, anfibolites, mármore), por rochas eruptivas (dioritos, garbos e pórfiros) e por sedimentos marinhos (xistos, grauwagues e quartzitos).

A variedade de solos com diferentes aptidões agrícolas é um dos pontos fortes do Alentejo, apelidado no passado de “celeiro de Portugal”. Contudo, a formação dos solos, numa zona de clima semi-árido como na região, é um processo extremamente lento, sendo que as condições climáticas actuais não foram as que favoreceram a formação dos solos existentes. Os Litossolos: ocupam a maior parte da peneplanície e o sul do Baixo Alentejo. São solos extremamente degradados, com horizontes pouco profundos e, em muitos casos, ausência de horizonte B.

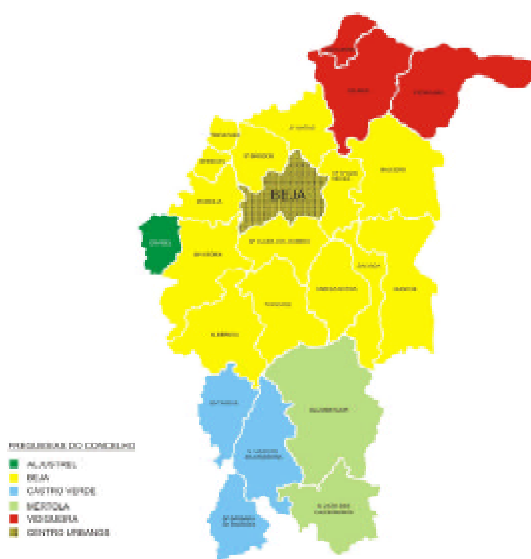
O clima é mais quente e húmido que a norte do Tejo. Situação que se deve à latitude, mas também à ausência de relevos suficientemente elevados para provocarem a precipitação acumulada nas massas de ar oceânico que atravessam o território. A Província Continental do Sul, que corresponde aos campos de Beja e à região do Transgadiana, caracteriza-se por Verão quente e Inverno fresco. A precipitação anual situa-se entre os 350 a 500 mm, com quatro a seis meses secos. A humidade do ar é relativamente fraca no auge do Verão, com 45 por cento.

No Verão, as temperaturas médias variam entre os 21° e 25°C, chegando as máximas a ultrapassar os 40°C nos meses de Julho e Agosto. Nos meses de Inverno, as temperaturas médias apresentam valores baixos, entre os 8° e os 12°C. As amplitudes térmicas são elevadas e aumentam com a continentalidade. As chuvas ocorrem sobretudo nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro. A região apresenta ainda elevados valores de insolação, com uma média superior a 3000 horas de sol/ano.

A vegetação reflecte a influência climática dominante, que é mediterrânica.

Habitat em risco

As áreas marcadamente cerealíferas e caracterizadas por *habitats* ditos estepários são um fenómeno recente. Iniciado em 1899 com a aprovação de leis proteccionistas destinadas a reduzir a importação do trigo, e atingiu o expoente máximo nos anos 30, com a “Campanha do Trigo”. As pseudo-estepes cerealíferas surgiram em virtude da crescente necessidade de aumentar a área de produção agrícola, nomeadamente



Zona de Intervenção

Concelhos/Freguesias

Beja

Albernoa; Baleizão; Beringel; Cabeça Gorda; Mombeja; Nossa Senhora das Neves; Quintos; Salvada; Santa Clara do Louredo; Santa Vitoria; São Brissos; São Matias; Trindade; Trigaches; lugar de Penedo Gordo; bairros das Salbreiras, Esperança e Monte Novo da Estrada; e montes isolados

Aljustrel

Ervidel

Castro Verde

Entradas; Santa Bárbara de Padrões; S. Marcos da Ataboeira

Mértola

Alcaria Ruiva; São João dos Caldeireiros

Vidigueira

Pedrogão; Selmes; Vidigueira

cereais em regime extensivo de sequeiro. Entre os anos 30 a 50 do século XX, as estepes impuseram-se devido à destruição de extensas áreas de bosque e matagal mediterrânico. O uso destas terras, num sistema de rotação de culturas, criou uma paisagem peculiar onde a coexistência de cereal, alqueives e pousios, favoreceu o aparecimento de condições ecológicas próprias e extremamente importantes.

A mais importantes “bolsas” de estepe cerealífera, distribuem-se por áreas como Castro Verde ou Beja. Como estas estepes têm poucas semelhanças com as estepes naturais, distribuídas em largas manchas da Europa, que se extinguíram regionalmente ou estão circunscritas a pequenas áreas. Os sistemas estepários actuais e comunidade biológica que lhe está subjacente estão dependentes das práticas agrícolas que conduziram à artificialização deste habitat.

Este é um habitat em risco. Com a Política Agrícola Comum (PAC) poderão ficar comprometidas práticas agrícolas tradicionais, devido à reconversão de culturas que visam a intensificação agrícola e o abandono de práticas extensivas, com consequências significativas na paisagem e biodiversidade.

O turismo surge como uma área económica de potencial elevado. Entre 1991 e 2001, o número de alojamentos aumentou 12,5 por cento. Contudo, no segundo trimestre de 2002, os indicadores do número de hóspedes e dormidas, bem como os proveitos dos estabelecimentos hoteleiros da região, apresentaram variações homólogas negativas.

Para a maximização deste potencial, a região conta ainda com um apreciável património histórico, arquitectónico e arqueológico, de que são exemplos a torre de menagem do castelo de Beja, o Convento de Santa Clara ou a Igreja da Misericórdia (ambos em Beja), torre do Relógio, Cascata Armoriada e torre de Menagem (Vidigueira), ou as “Villas” romanas da Quinta da Suratesta e Pisões



João Lima



Arquivo C.M. Beja

Projecto LEADER+ da Alentejo XXI

Dinamizar o meio rural no Sul do Alentejo

No âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural LEADER+ "Pro-Rural", a Alentejo XXI elaborou um Plano de Desenvolvimento Local (PDL), que visa a procura de soluções e a preparação do espaço rural para responder aos desafios de aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas.

Neste sentido, a associação traçou um quadro de seis objectivos específicos: Modernização e diversificação do tecido empresarial; Melhoria e qualificação das organizações a nível local; Consolidação e revitalização de estruturas associativas; Preservação e valorização patrimonial e ambiental; Qualificação de recursos humanos, actividades, produtos e serviços; e Dinamização de processos de promoção e de comercialização. Objectivos que se estruturam sob a lógica do tema federador de *Promoção e Reforço das Componentes Organizativas e das Competências das Zonas Rurais*.

Projectar no exterior o espaço rural e articular as suas dinâmicas de desenvolvimento com oportunidades resultantes de quadros externos favoráveis, constitui o cerne de intervenção do LEADER+. Com esse objectivo, a associação define a necessidade de preparar os agentes do espaço rural para esses desafios, substituindo a lógica hierarquizada pela estruturação em rede.

Com estes propósitos, a estratégia de intervenção estrutura-se em cinco âmbitos distintos: Criação de condições de base para suporte das actividades econó-

micas em espaço rural; Qualificação de actores, actividades, produtos e serviços; Estruturação de interacções nos processos económicos e sociais; Reforço das interdependências territoriais; e Inovação, carácter experimental e criatividade das abordagens técnicas e tecnológicas ao nível do incremento de processos de desenvolvimento local.

Estes âmbitos de intervenção são estruturados em quatro domínios estratégicos: Diversificação económica e desenvolvimento empresarial; Melhoria e qualificação dos meios organizacionais a nível local; Desenvolvimento do espaço rural e reforço das relações com o meio urbano; e Desenvolvimento social e qualificação ambiental.

Do cruzamento entre âmbitos e domínios obteve-se o quadro de 16 componentes que foram identificadas com base na grelha de medidas e sub-medidas que formam o PDL. A criação de condições de base para suporte das actividades económicas em espaço rural, tem implicações ao nível das infraestruturas, e engloba quatro componentes (apoio à organização e estruturação de actividades económicas, aproveitamento e qualificação do ambiente natural, do património e dos valores culturais e recreativos, e das infra-estruturas sociais). A qualificação de actores, actividades, produtos e serviços, visa a diversificação económica e desenvolvimento empresarial, através do apoio às PME e actividades artesanais, turismo e qualificação da restauração, actividades agro-alimentares, e diversificação e qualificação de actividades, produtos e serviços. A estruturação de interacções nos processos económicos e sociais, está direccionada para o reforço das capacidades organizativas e das

competências das zonas rurais. Neste âmbito de intervenção inserem-se componentes como acções de formação profissional, sensibilização, preservação e promoção do património cultural e natural, ou apoio à promoção de produtos e serviços da ZI. Por fim, no âmbito do reforço das interdependências territoriais e inovação, carácter experimental e criatividade das abordagens técnicas e tecnológicas ao nível do incremento de processos de desenvolvimento local, a acção insere-se num contexto de "intervenção-meio" e não de "intervenção-fim" como acontecia



Arquivo Cullin

Plano de Desenvolvimento Local

Medidas, submedidas e acções - resumo

MEDIDA 1 - Investimentos

Submedida 1.1 - Investimentos em infra-estruturas

Ação 1 - Aproveitamento e qualificação do ambiente natural

Desenvolvimento de acções que contribuam para a preservação, revitalização e qualificação das infra-estruturas ambientais de forma a beneficiar, promover e incentivar o aproveitamento dos recursos naturais da ZI.

Ação 2 - Aproveitamento e qualificação do património e dos valores culturais e recreativos

Promoção de acções de preservação e qualificação do património construído, bem como dinamização dos equipamentos culturais e recreativos com potencialidades para o reforço de processos de desenvolvimento sócio-cultural no meio rural.

Ação 3 - Aproveitamento e qualificação das infra-estruturas sociais

Desenvolvimento de acções que promovam a criação e/ou valorização de infra-estruturas sociais de forma a contribuir para o reforço e qualificação de serviços sociais a nível local.

Submedida 1.2 - Apoio a actividades produtivas

Ação 1 - Apoio à organização e estruturação das actividades económicas

Apoio a projectos que visem melhorar a capacidade competitiva das empresas, modernizando e diversificando o tecido empresarial da ZI.

Ação 2 - Apoio às PME's e às actividades artesanais

Apoio a pequenas e médias empresas da ZI no processo de modernização das suas actividades, bem como na criação de novas empresas. Apoio à melhoria das condições de trabalho dos artesãos.

Ação 3 - Apoio ao turismo e à qualificação da restauração

Apoio a projectos na área dos alojamentos turísticos e da restauração e a iniciativas na área da animação turística, aproveitando os recursos e potencialidades locais.

Ação 4 - Apoio às actividades agro-alimentares

Apoio à criação e modernização de indústrias de transformação agro-alimentar de pequena escala. Apoiar-se-ão preferencialmente indústrias que visem a produção tradicional com recurso a matérias-primas locais.

Ação 5 - Apoio à diversificação e qualificação de actividades, produtos e serviços

Incentivo à criação de novas actividades, nomeadamente no quadro de estruturas já existentes, melhoria de actividades implantadas por via da valorização dos respectivos produtos e serviços, com reflexos ao nível da apresentação e qualidade.

Ação 6 - Promoção e comercialização de produtos e serviços locais

Apoio à promoção de produtos e serviços locais tendo em vista a sua comercialização, como factor de incremento do desenvolvimento económico da ZI e, deste modo, contribuir para a criação de uma imagem de marca associada à ZI.

Submedida 1.3 - Outras acções materiais

Ação 1 - Promoção e desenvolvimento das estruturas associativas

Apoio à criação, modernização e revitalização de estruturas associativas, visando o reforço e consolidação deste tipo de entidades, das suas intervenções e dos serviços que prestam.

Ação 2 - Apoio à modernização através das TIC's

Promoção da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, para a modernização/qualificação do tecido económico e social da ZI, dados os fracos níveis de penetração das TIC's no seio das organizações da ZI.

MEDIDA 2 - Acções Imateriais

Submdida 2.1 - Formação Profissional

Ação 1 - Acções de formação profissional complementares para qualificação do espaço rural

Apoio a intervenções formativas de curta duração que visem fazer face a necessidades específicas manifestadas pelos agentes económicos e sociais da ZI.

Submedida 2.2 - Outras acções imateriais

Ação 1 - Sensibilização, preservação e promoção dos patrimónios cultural e natural

Sensibilização da população para a importância da preservação dos patrimónios cultural e natural. Apoio a acções de promoção relacionadas com os recursos/potencialidades culturais e naturais da ZI.

Ação 2 - Apoio ao desenvolvimento institucional e organizacional de agentes económicos e sociais

Desenvolvimento de iniciativas e acções que melhorem a qualidade e o desempenho das estruturas organizativas dos agentes económicos e sociais, para que se verifique melhor eficácia e eficiência na aplicação de recursos. Apoio na eventual despiagem de novas áreas de intervenção e contribuir para a organização das respectivas actividades.

Ação 3 - Apoio à promoção dos produtos e serviços da ZI

Apoio a um conjunto de eventos e acontecimentos promocionais, com impactos na ZI ou no seu exterior. Desenvolvimento de acções que qualifiquem produtos e serviços na perspectiva da sua promoção.

Ação 4 - Cidadania e coesão social

Desenvolvimento de iniciativas e acções que valorizem a auto-estima, a capacidade de integração social, a participação em processos sociais e melhorem o nível geral de conhecimento sobre a importância das actividades sociais, os direitos e deveres de cidadania. Apoio a acções que visem melhorar a intervenção social e sócio-económica das entidades beneficiárias que incentivem o re-

Alentejo XXI

Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural



A Alentejo XXI nasce em Janeiro de 1995, em Beja, a partir da vontade de um conjunto de

19 entidades em promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento integrado naquele concelho e zonas limítrofes. Na mira estava o programa LEADER II... A candidatura chega a ser preparada mas a associação toma o partido de não se candidatar. A assinatura de um protocolo de colaboração com a Esdime (a entidade gestora do LEADER II no concelho de Beja e outros), revelou-se a opção mais viável.

A associação de Beja toma assim assento na Comissão de Apoio à Gestão (CAGEST), criada pela Esdime para a gestão do LEADER II, ao lado da ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano. A experiência adquirida é decisiva. E tanto assim foi que, passada meia dúzia de anos, a Alentejo XXI apanha o comboio do LEADER+.

Susana Henriques, que à época do LEADER II integrava o GAL da Esdime, recorda como essa parceria funcionou e até que ponto ela foi decisiva na história da Alentejo XXI. "Foi uma experiência muito positiva, principalmente para nós, pois éramos novos no terreno. O CAGEST funcionou muito bem e nunca houve divergências. E tanto assim foi que nós conseguimos pela experiência do LEADER II ter o LEADER+."

Apesar da importância (assumida) do LEADER II no processo de criação e crescimento da Alentejo XXI, não só através da parceria com a Esdime mas também com a associação Terras Dentro (para a dinamização daquele programa no concelho de Vidigueira e algumas freguesias de Beja), a associação procura outros projectos para dar seguimento aos objectivos a que se propôs, e que passam essencialmente por um desenvolvimento integrado do meio rural em articulação com os centros urbanos. Os profundos factores de estrangulamento que caracterizam a área espacial abrangida pela associação (devido sobretudo aos elevados níveis de desertificação física e humana), levaram a associação a "chamar" para o seu quadro de associados entidades locais com representatividade e protagonismo (autarquias, associações ou grupos ligados às actividades económicas mais importantes da região, associações ou grupos de animação sócio-cultural e desportiva, entidades financeiras e técnico-científicas), implicando-os nos planos de nível local e regional traçados para a região, reforçando complementaridades e sinergias locais.

Os programas PORA - Programa Operacional da Região Alentejo (nos concelhos de Beja, Aljustrel, Castro Verde e Vidigueira), PESSOA (formação profissional e emprego), INTEGRAR e PIPPLEA - Programa

Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo, desenvolvidos entre 1996 e 2001, deram à associação não só os meios necessários à execução da sua estratégia de intervenção como uma maior capacidade técnica, decisiva para encontrar as vias de desenvolvimento para a região, provocando dinâmicas e condições para despontar iniciativas de desenvolvimento integrado no concelho de Beja e concelhos limítrofes.

Porque, ainda que tenha sido criada para promover iniciativas de desenvolvimento integrado no concelho de Beja, a associação nunca se limitou a esta zona geográfica. Para além de Beja, os concelhos de Aljustrel, Castro Verde e Vidigueira têm sido alvo da intervenção da Alentejo XXI através dos diversos projectos já desenvolvidos.

Com o LEADER+, a associação vê a sua carta de intervenção crescer e os seus técnicos a caminhar para "terreno" desconhecido. O processo de constituição da zona de intervenção do LEADER+, apesar de algo complexo, devido à sobreposição de freguesias com as ADL vizinhas, foi - atestam as técnicas da ETL - completamente pacífico. Dada a complexidade do mosaico territorial a implementação do programa, que ainda mal arrancou, é aguardada com muita expectativa, a vários níveis...

A associação que chegou a contar com 32 colaboradores integra actualmente "apenas" cinco técnicas, repartidas pelos programas em curso: EQUAL e LEADER+. O que, para lá das dificuldades, é assumido como um grande desafio pelas técnicas da Alentejo XXI. É o caso de Susana Henriques. "Parte da zona de intervenção eu já conheço muito bem, graças à experiência do LEADER II; agora com o LEADER+ vou conhecer outros concelhos e freguesias, o que é muito enriquecedor". Partilhando da mesma opinião, a coordenadora da ETL, Maria Paula Gonçalves admite, no entanto, que com o evoluir do programa, a necessidade de contratar mais recursos humanos para analisar as candidaturas e acompanhar os projectos. A associação conta ainda com um coordenador-executivo (em regime de voluntariado) que desempenha um papel importante na gestão da casa, acompanhando os projectos e fazendo a ligação com a Direcção, mas é no número 10 da Rua da Misericórdia, em Beja, que se vive intensamente o desenvolvimento local protagonizado pela Alentejo XXI.

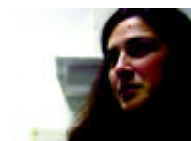
Dedicação e motivação são, talvez, as palavras que fazem estas jovens mulheres andar para frente, desafiando os desafios que se lhes colocam em nome do desenvolvimento local...

Alentejo XXI
Rua da Misericórdia, 10
7800-285 Beja
Telefone: 284 318 395
Fax: 284 318394
E-mail: axxi@ip.pt



Maria Paula Gonçalves
Coordenadora

Nasceu em Moura mas vive em Beja desde os seus 11 anos. Concluiu o liceu foi para Lisboa tirar uma licenciatura (Sociologia) mas nunca pensou ficar pela capital. Após um afastamento de quase cinco anos o regresso não foi fácil... tal como não foi fácil encontrar saídas profissionais em Beja. Começou pelo ensino, e dois anos depois chega uma oportunidade para acompanhar projectos da área social numa associação de desenvolvimento local (Terras Dentro). Mas como o objectivo continuava a ser trabalhar no concelho de Beja Paula não desiste e a oportunidade, finalmente, chega... Na Alentejo XXI desde Agosto de 2000, Paula entra para o PIPPLEA para logo de seguida acompanhar o LEADER+. "O LEADER, devido ao tipo de apoio que pode prestar, é um programa com grandes potencialidades; por isso as expectativas relativamente à sua implementação são muitas. E isso também é um desafio para mim..."



Susana Henriques
Técnica de acompanhamento de projectos

Na associação desde Abril de 1999, Susana acompanha o programa LEADER desde a sua segunda fase, dada a parceria estabelecida com a Esdime para a sua gestão. Depois da licenciatura (Organização e Gestão de Empresas na Universidade Moderna, em Beja) e do estágio na Câmara Municipal de Beja, Susana é convidada a entrar para a Alentejo XXI. A seguir ao LEADER II, a associação lança-se na candidatura ao LEADER+... Susana acompanha de perto todo o processo de candidatura. Ganha a aposta é tempo de, como diz, "desenvolver no terreno aquilo que planeámos no papel". E ir para o terreno parece ser, decididamente, a parte que mais gosta...



Margarida Pereira
Técnica administrativo-financeira

Com o 3º ano de Gestão de Empresas da Moderna (de Beja), Margarida não hesita quando o convite para entrar para a Alentejo XXI surge... em Julho de 1998. Depois de um ano sem emprego, ela "agarrar" a oportunidade com todas as suas forças. Inicialmente como técnica administrativa depois como financeira do programa PIPPLEA, Margarida divide-se agora entre o EQUAL e o LEADER+, acompanhando a contabilidade e as finanças de ambos os programas. Como quer um quer outro ainda mal começaram pouco tem dizer mas, confessa, as expectativas são muitas...



Susana Marques
Técnica oficial de contas

Licenciada em Contabilidade e Finanças, a Susana chega à Alentejo XXI em 1995 logo após a conclusão do seu estágio curricular. Nessa altura assume funções administrativas e financeiras na associação e tem o primeiro contacto com o programa LEADER II, uma vez a Alentejo XXI ser co-gestora do LEADER AL SUD.

Neste momento, integrando a equipa do LEADER+ as expectativas da Susana são outras como outras são também as responsabilidades da Alentejo XXI. "Agora tudo é definido e organizado por nós, o que nos obriga a vencer as dificuldades naturais da implementação do programa". Mas, diz, "o mais importante é poder contribuir para apoiar pessoas e pequenas colectividades para quem estes apoios são fundamentais para o desenvolvimento das suas actividades. E isso faz com o trabalho se torne gratificante".

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral: Presidente Associação Comercial do Distrito de Beja | Secretário Câmara Municipal de Aljustrel | Vogal Associação Cultural e Recreativa Zona Azul | **Direcção:** Presidente Câmara Municipal de Beja | Vice-Presidente Núcleo Empresarial da Região de Beja | Vice-Presidente Associação de Criadores de Ovinos do Sul | Vice-Presidente Junta de Freguesia de Entradas | **Tesoureiro** Associação de Municípios do Distrito de Beja | **Conselho Fiscal:** Presidente Instituto Politécnico de Beja | Relator Câmara Municipal da Vidigueira | Relator Região de Turismo da Planície Dourada

Corpo Técnico

Coordenador-Executivo Miguel Quaresma | Equipa Técnica LEADER+ Margarida Pereira, Maria Paula Gonçalves, Susana Henriques, Susana Marques

Associados

Câmara Municipal de Beja; Núcleo Empresarial da Região de Beja; Junta de Freguesia de Entradas; Associação de Municípios do Distrito de Beja; Região de Turismo Planície Dourada; Junta de Freguesia de Ervidel; Associação Comercial do Distrito de Beja; Junta de Freguesia de Beringel; Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Padrões; Grupo de Teatro JODICUS; Junta de Freguesia da Salvada; Associação de Criadores de Ovinos do Sul; Caixa de Crédito; Agrícola Mútuo de Beja; Câmara Municipal da Vidigueira; Instituto Politécnico de Beja; Associação Cultural e Recreativa Zona Azul; Junta de Freguesia de Aljustrel; Associação Regional de Artesãos e Artistas de Beja; Câmara Municipal de Aljustrel.

Mel... a potes Castanhas... quentes e boas!

A conjugação de pássaros, frutos, néctares e crianças - muitas, muitas crianças - constitui porventura a receita adequada ao crescente e estrondoso sucesso da Feira do Mel e da Castanha da Lousã.

Lousanense de gema, a Carolina vive intensamente desde há dois anos este grande evento, já na sua 13ª edição. Sendo ainda quatro réis de gente, é uma criança com alma serrana que ao longo das últimas semanas (em conjunto com todos os seus colegas de escola) se tem vindo a dedicar à árdua mas criativa tarefa de criar peças e artefactos - mais ou menos úteis - alusivos à floresta, às abelhas,



DUECEIRA-LEADER+ELOZ

ao mel, aos pássaros, às castanhas, apoiando a construção deste evento num processo já de cidadania e participação activa. E, no fundo, que fazem estas crianças senão uma justa exaltação à bela natureza que nos rodeia e uma digna recepção ao Outono?

Para as gentes serranas, a Feira do Mel e da Castanha não é uma simples feira... representa o símbolo moderno da ancestralidade do lugar; traduz a bucólica imagem criada à volta da Serra da Lousã, com as castanhas a recordar-nos que noutros tempos os souts povoavam densamente a mata e com o mel - com a sua textura escura e paladar intenso - a lembrar-nos a labuta incessante das abelhas na urze colorindo de tons rosados as encostas e os planaltos.

E como de mel também falamos, nesta feira esteve presente apenas o autêntico e certificado, ostentando o roxo da sua nova e garrida imagem.

Entre os trinado dos pássaros em exposição, os gritinhos infantis das atarefadas crianças a servir bolos e broinhas aos pais e professores, as vozes dos apicultores e lavradores locais nas suas transacções de castanhas, nozes, avelãs e mel, e os enxames de gente comum que acorreram ao chamado... este encontro foi, uma vez mais, um marco, uma elegia aos sabores, às cores e aos cheiros da época e uma sentida homenagem da comunidade local à Mãe-Natureza.

DUECEIRA-LEADER+ELOZ

1º Concurso de Cabra Raça Serpentina

No âmbito do Programa LEADER+ e da Feira do Montado 2002, a Terras Dentro, em colaboração com a Associação Portuguesa de Caprinicultores de Raça Serpentina e a Câmara Municipal de Portel, promoveu o 1º Concurso de Cabra Raça Serpentina.

Uma acção de promoção de uma raça autóctone em perigo de extinção e que contou também com uma sessão de divulgação de inovadores sistemas de afilhamento utilizados com esta raça. Ainda no âmbito deste projecto e da Feira do Montado, foi ainda promovida uma sessão de apresentação de *software* agrícola, utilizado na gestão agrícola e florestal, tendo em vista a transferência de competências técnicas aos empresários florestais.

TERRAS DENTRO

5º Colóquio para a Valori- zação do Montado

Realizou-se em Portel, nos dias 27, 28 e 29 de Novembro, o 5º Colóquio para a Valorização do Montado. O evento, inserido no âmbito da 3ª Feira do Montado, teve por grande tema a "Produção Florestal Sustentável" e abordou as Políticas, Regulamentos e Incentivos florestais, a Gestão dos Montados e a Exploração e Comercialização da Cortiça e outros Produtos. Promovido pela Terras Dentro, no âmbito do projecto Montado - programa LIFE-Ambiente, este colóquio teve na Comissão Organizadora a Câmara Municipal de Portel, a Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado, a Universidade de Évora, a empresa florestal Imobiente e a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.

TERRAS DENTRO

Sons Presentes

A vila do Paul, coração do Território Estrela-Sul, foi considerada em tempos a segunda aldeia mais portuguesa de Portugal, tendo perdido o ceptro para Monsanto. Na nossa perspectiva o Paul só não conseguiu o rótulo de Excelência da Portugalidade porque, infelizmente, a par das construções bem genuínas e típicas da Beira Baixa proliferam algumas casas tipo "maison", símbolo da afirmação dos nossos emigrantes. Se atendermos aos aspectos etnográficos, com realce para a música, o canto e a poesia popular, não nos restam dúvidas de que o Paul é hoje, e seria ontem, a aldeia mais típica de Portugal. Não foi por acaso que Michel Giacometti levantou muito do seu cancionário na auscultação e no contacto com os populares do Paul. No dia 23 de Novembro, pelas 21 horas no Teatro Cine da Covilhã, a Casa do Povo do Paul apresentou mais um excelente trabalho cultural intitulado "Chão do Canto". Foi o lançamento de um triplo CD e um livro sobre os "Cantares do Paul" - duas obras com as mais emblemáticas canções de raiz popular onde a religiosidade, as canções de roda e trabalho se cruzam em sons e cantares bem relevantes do mundo rural. O espectáculo é inovador e retrata ao vivo o ciclo da vida rural que se desenrola de um Natal ao outro com todas as actividades, tradições, usos e costumes populares.

A ADERES não podia ficar insensível a uma iniciativa deste género e como tal está a apoiar a Casa do Povo do Paul no seu projecto denominado "Sons Presentes", através do financiamento do triplo CD e da realização do seminário temático que visa a promoção e a

divulgação da cultura e do território, ao mesmo tempo que procura a atracção turística e a dinamização e revitalização sócio-económica. No território Estrela-Sul, na vila do Paul, a taberna típica, os produtos locais e o vasto reportório de recolha etno-cultural merece a nossa visita.



ADERES

ADERES

Congresso Internacional de Ecoturismo



Paula Mateus dos Santos

Suscitar o debate sobre o desenvolvimento e o futuro do ecoturismo enquanto instrumento de desenvolvimento das sociedades e valorização dos recursos naturais, foi um dos principais objectivos que levou um vasto grupo de entidades (Câmara Municipal de Alcanena, Instituto da Conservação da Natureza, Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, Região de Turismo do Ribatejo, Instituto Politécnico de Tomar, Universidade Livre do Meio Ambiente e CCRLVT, ADIRN- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte e Direcção Geral de Desenvolvimento Rural) a organizar, entre os dias 5 e 8 de Novembro, em Alcanena, o Congresso Internacional de Ecoturismo.

Integrado nas comemorações do Ano Internacional do Ecoturismo, o evento contou com cerca de 170 participantes provenientes de sectores representativos de diversas entidades públicas, autarquias, turismo, ambiente e conservação da natureza, agricultura, ensino, associações de desenvolvimento local, ONG e empresários. Os temas tratados ao longo dos três dias do congresso tocaram questões tão importantes como a identificação de mecanismos financeiros para apoio a projectos e iniciativas de ecoturismo, a concretização de parcerias internacionais e de quadros e cooperação entre os países, a promoção de uma rede internacional de ecoturismo em zonas cársticas, formas de cooperação para animar a rede LEADER...

As comunicações, os debates e os colóquios que deram corpo ao congresso foram muitos e muito variados, e isso reflecte-se nas conclusões; conclusões que a Comissão Organizadora propôs serem designadas como "A Declaração de Alcanena": documento que nos chegou da ADIRN e do qual aqui reproduzimos algumas passa-

gens.

Declaração de Alcanena

Reconhece-se que Portugal tem vindo a sedimentar e a desenvolver acções conducentes ao desenvolvimento sustentável (...) para a implementação e desenvolvimento de formas de turismo compatíveis com a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais.

É fundamental a criação de parcerias entre entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de projectos que visem compatibilizar a conservação da natureza com o desenvolvimento, tendo como alavanca o ecoturismo.

É reconhecida a importância da Carta Europeia de Turismo Sustentável para as Áreas Protegidas (...) que constitui uma metodologia interessante para o estabelecimento de uma rede que visa a troca de experiências e de conhecimentos como garante de uma continuidade e monitorização deste processo (...).

É reconhecido o papel que as Associações de Desenvolvimento Local, o programa LEADER e as ONG têm tido na salvaguarda e recuperação do património em espaço rural desenvolvendo condições e atracções para a sua visitação, proporcionando sinergias para a melhoria da qualidade de vida das populações e contribuindo para a fixação das populações.

É indispensável criar e reforçar linhas de financiamento em termos comunitários e nacionais (...).

É reconhecida a necessidade de se criarem mecanismos que assegurem o benefício directo das populações receptoras do ecoturismo e a retenção das mais-valias a nível regional e local.

Apela a todas as entidades envolvidas no processo, nomeadamente aos empresários, para a necessidade de assumirem novos conceitos e uma atitude positiva e visionária perante os desafios do ecoturismo e do turismo sustentável.

Realça a necessidade de assegurar mecanismos de acompanhamento e monitorização dos impactos decorrentes do desenvolvimento do turismo. Propõe a criação de um Observatório do Turismo Sustentável e do Ecoturismo para aplicação das directivas internacionais e nacionais nesta matéria (...).

II Encontro Itinerários do Património

A Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso promoveu entre os dias 14 e 16 de Novembro último, no âmbito do LEADER+, o II Encontro Itinerários do Património.

A organização do evento objectivou a reflexão sobre a realidade do concelho de Póvoa de Lanhoso, através da recolha de experiências e troca de opiniões entre especialistas nacionais e internacionais em matéria de recuperação e valorização patrimonial.

O seminário, cuja organização esteve a cargo da Câmara Municipal, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e Ordem dos Arquitectos, consistiu num contributo para a projecção dos valores que Póvoa de Lanhoso possui a nível humano e concelhio. Estiveram presentes especialistas portugueses e estrangeiros, no sentido de partilhar as suas experiências e aprender com o que está a ser feito a nível da região. Técnicos alemães, espanhóis, franceses, italianos e portugueses apresentaram o seu contributo sobre esta matéria e visitaram alguns lugares emblemáticos do município, nomeadamente o Monte Pilar, o Museu do Ouro, o Museu de Arte Sacra e o Castro de Lanhoso - projectos cujo património foi objecto de recuperação/adaptação no âmbito do LEADER II.

A presença e colaboração da Ordem dos Arquitectos neste seminário revelou a forte sensibilidade dentro da classe para a questão patrimonial.

ATAHCA

ExpoGalaecia

A Dolmen, em representação do Interflúvio Douro-Tâmega, participou na ExpoGalaecia - Feira de Turismo, Artesanato e Gastronomia - que decorreu em Vigo de 31 de Outubro a 3 de Novembro, tendo-lhe sido atribuído pela organização o 1º prémio (medalha de ouro) pelo melhor stand.

Nos 50 metros quadrados do espaço da Dolmen, para além da promoção turística da região podia encontrar-se o artesanato mais genuíno e os produtos locais de qualidade, nomeadamente, os vinhos verdes de produtores e engarrafadores de vinhos de quinta, a doçaria regional e conventual de Amarante, a broa de milho o mel de montanha. A diversidade e a qualidade do artesanato, que despertou grande interesse junto dos visitantes, foi de resto o aspecto que valorizou o espaço Douro-Tâmega.

A 5ª edição da ExpoGalaecia - um dos mais importantes certames do género do Noroeste Peninsular - contou com uma representação portuguesa bastante significativa. O êxito da Dolmen ficou a dever-se às parcerias efectuadas com a Câmara Municipal de Amarante, com os produtores engarrafadores do território e da confeitaria Butterfly de Amarante.



DOLMEN

III Festival de Sopas da Serra da Estrela



Um creme de cogumelos confeccionado pela Junta de Freguesia de Junciais (concelho de Fornos de Algodres) foi o grande vencedor do III Festival de Sopas da Serra da Estrela. Uma iniciativa organizada pela ADRUSE, Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, no passado dia 10 de Novembro na freguesia de S. Paio, concelho de Gouveia.

A concurso estiveram 16 sopas, tão variadas como a Sopa de Castanhas, a Sopa de Natal, a Sopa de Cabrito, a Sopa de Inverno, a Sopa Camponesa, a Sopa de Grão ou a Sopa de Calhorras. Para a sua confecção foram utilizados produtos tradicionais da região da Serra da

Estrela como as feijocas, a batata, o grão, os miscos, a couve, a abóbora, os enchidos e o cabrito. Distribuídas por três escalões – Sopa de Castanhas, Outras Sopas e Profissionais de Restauração (na edição deste ano foi aberta a participação a profissionais da restauração) – as tradicionais sopas foram avaliadas por um júri composto pelo presidente da Associação de Hoteleiros da Região Centro, pelo director da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, por um cozinheiro/formador, um representante do Parque Natural da Serra da Estrela e um representante da ADRUSE.

O III Festival de Sopas da Serra da Estrela foi dos mais participados e concorridos, tendo sido servidas mais de 700 sopas. Verdadeiro encontro de Saberes e Sabores serranos, o Festival de Sopas da Serra da Estrela constitui um incentivo à preservação dos produtos tradicionais e à dinamização das comunidades rurais.

Classificação:

- Melhor Sopa de Castanhas
Sopa do Monte (M^o Ascensão Martinho – S. Paio)
- Melhor Outras Sopas
Creme de Cogumelos (Junta de Freguesia de Junciais)
- Profissionais de Restauração:
Sopa de Inverno (Restaurante “O Italiano” – Gouveia)
- Grande Prémio do Festival:
Creme de Cogumelos (Junta de Freguesia de Junciais)

ADRUSE

Educação, Inovação e Cidadania

Debater os processos locais de desenvolvimento e a sua estreita ligação com a educação foi o principal objectivo que levou o Instituto das Comunidades Educativas (ICE) a promover o encontro “Educação, Inovação e Cidadania nos processos locais de desenvolvimento”, nos dias 28, 29 e 30 de Novembro, em Alcácer do Sal. Realizado com o apoio da Câmara Municipal de Alcácer, da Fundação Van Leer, do Instituto de Inovação Educacional e da Região de Turismo da Costa Azul, o encontro centrou-se na partilha de experiências de desenvolvimento local em meio rural ligadas aos processos educativos, e na discussão da participação e cidadania e o estímulo de redes locais de solidariedade que promovam a educação da criança em meio rural.

As experiências nacionais de projectos educativos em meio rural apresentadas e o testemunho de projectos vindos da Escócia, Moçambique e Brasil enriqueceram a reflexão, sublinhando o papel central da promoção da educação nas escolas rurais, e apelaram à participação dos participantes: autarcas, professores, educadores, dirigentes associativos, entre outros, que trabalham na área da educação e do desenvolvimento.

S. P.

RuralBeja

Durante os dias 9, 10 e 11 de Outubro, as 10 associações gestoras do LEADER+ com intervenção no Alentejo – Ader-al, ADL, Alentejo XXI, Esdime, Leadersor, Monte-A.C.E., Rota do Guadiana, Terras Dentro, Terras do Baixo Guadiana e Vicentina – participaram na RuralBeja – Feira de Santa Maria – em Beja, através da realização conjunta do colóquio “LEADER e o Desenvolvimento Rural” e de uma exposição que, integrando diversos momentos de animação, constituiu um dos atractivos deste certame.

O colóquio realizou-se no segundo dia e contou com a participação do gestor do programa LEADER+, Luís Duarte, do coordenador-executivo da Alentejo XXI, Miguel Quaresma e do coordenador da ETL da Leadersor, João Leal, como oradores, e da coordenadora da ETL da Monte, Marta Palhinha, como moderadora. Com a sua realização contribuiu-se para a divulgação, sensibilização e dinamização do programa LEADER junto dos participantes e consensualizou-se, por sugestão do gestor do Programa, que o “LEADER é Desenvolvimento Rural”.

Quanto à exposição apostou-se na divulgação de informação dinamizadora dos Planos de Desenvolvimento Local das várias associações bem como de elementos caracterizadores das respectivas Zonas de Intervenção. Atendendo às suas características, esta exposição irá assumir um carácter de itinerância, sendo divulgada em diversos eventos a realizar no Alentejo ou mesmo noutras regiões.

Tratou-se de uma iniciativa desenvolvida no âmbito duma parceria alargada que, correspondendo à estratégia de cooperação assumida por estas entidades no âmbito do vector 2 do PIC LEADER+, tem por base uma perspectiva do Alentejo enquanto unidade territorial que deve ser valorizada e potenciada.

ALENTEJO XXI



Alentejo XXI

Aldeias da Saudade

A ATAHCA organizou no passado dia 7 de Novembro um passeio às denominadas “Aldeias da Saudade”. O percurso começou com um almoço no restaurante “Cantinho de Antigamente”, na aldeia de Covide (concelho de Terras de Bouro), onde estiveram presentes representantes da imprensa local e regional, técnicos e membros da Direcção e do Conselho de Decisão da ATAHCA, das Regiões de Turismo do Alto Minho e Verde Minho e Câmaras Municipais.

O encontro teve por objectivo promover a gastronomia local assim como as unidades de alojamento turístico da zona de intervenção da Associação, através da visita a aldeias e projectos implementados no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER I e LEADER II. A visita decorreu durante toda a tarde e serviu para dar a conhecer o trabalho levado a cabo pela ATAHCA em vários núcleos do concelho de Terras de Bouro.

As aldeias, que foram alvo de intervenções no LEADER I e II, apresentaram já candidaturas ao LEADER+, sendo este um passo considerado fundamental para o desenvolvimento do projecto “Aldeias da Saudade” e para a consolidação dos investimentos já efectuados.

As aldeias de Covide e Cutelo inserir-se-ão no conjunto das aldeias que a ATAHCA pretende legalizar como Turismo de Aldeia, cumprindo-se assim um dos objectivos a que a Associação se propôs, para o desenvolvimento de aldeias com potencialidades de fixação da população e com valor cultural digno de manutenção e preservação como forma de manter a identidade de um povo.

ATAHCA



ATAHCA

Áreas de Montanha

Um terço do território europeu é território de montanha. Dez por cento da população europeia ocupa este espaço. A especificidade do povoamento de montanha é conhecida: acessos dificultados, actividade agrícola confinada a pequenos terrenos, pastoreio extensivo, fracas infra-estruturas e custos exagerados para a sua implementação, um progressivo e acentuado abandono, em benefício de zonas de planície e zonas costeiras. Um panorama preocupante se tivermos em linha de conta que o abandono progressivo das montanhas influenciará negativamente, e de uma forma irremediável, todo um conjunto de valores patrimoniais e ambientais que são essenciais à nossa identidade. E não nos podemos dar ao luxo de perder o potencial de biodiversidade da montanha. Ou a qualidade da sua paisagem, moldada pelo homem ao longo dos séculos. Ou a origem de produtos tão essenciais à vida como a água.

Na Europa em que nos integramos, a reflexão sobre a complexidade da natureza e das estruturas de montanha, é um imperativo assumido. Políticas específicas para a montanha são uma tônica cada vez mais segura. As próprias regiões de montanha e as suas populações disso tomaram consciência, organizando-se em estruturas internacionais que funcionam como locais de reflexão e instrumentos de influência de políticas.

Montanhas em Portugal sem agenda política

O ano de 2002 foi consagrado como o Ano Internacional das Montanhas, mas nem por isso, em Portugal, a efeméride mereceu especial atenção. No seminário “Áreas de Montanha: sistemas produtivos, mercado e desenvolvimento”, que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), através do seu Departamento de Economia e Sociologia, levou a efeito em Vila Real a 20 de Novembro, afirmou-se que esta era a segunda iniciativa do ano no quadro do Ano Internacional da Montanha. Muito pouco para a importância da efeméride.

Mas parece que, apesar da carência de iniciativas, o seminário não foi suficiente para atrair populações, decisores políticos e actores do desenvolvimento das zonas de montanha. Presentes no auditório de Geociências da UTAD estiveram, essencialmente, professores e alunos daquela Universidade. O que foi pena, atendendo ao painel de temas e de interlocutores presentes. Laura Larcher, do



INIA, tocou na ferida ao abrir o seminário com uma intervenção sobre a falta de uma agenda política para as montanhas em Portugal. Os responsáveis pelo Parque Natural do Alvão, a propósito de políticas e iniciativas de conservação da natureza, divulgaram um sistema de controlo e de gestão de combate a incêndios criado para a área do Parque, numa parceria entre aquela entidade e a PT Inovação. O papel da agricultura na conservação da natureza e da paisagem foi abordado por Livia Madureira, da UTAD.

Outras intervenções deste seminário abordaram as raças autóctones na Montanha (Jorge Azevedo, UTAD) e o papel das organizações no desenvolvimento das áreas de montanha (Artur Cristóvão, UTAD). Artur Cristóvão divulgou o trabalho de investigação elaborado na zona do Parque Nacional da Peneda Gerês e integrado num projecto de investigação europeu designado ISDEMA, envolvendo estruturas universitárias da Grécia, da França, da Áustria, da Suíça do Reino Unido e de Portugal. Uma nota de esperança foi deixada através do razoável dinamismo organizacional das populações e instituições da zona estudada, a que corresponde uma deficiente articulação e coordenação.

Mas, a revelar-se este dinamismo organizacional nas zonas de montanha, será que ele é sintoma de uma efectiva participação ou simples e oportunista utilização instrumental? Uma pergunta que não foi feita no seminário mas que o cronista interessado aqui deixa registada.

Francisco Botelho

EUREGIA 2002

O EUREGIA 2002 - Congresso e Exposição sobre Desenvolvimento Regional na Europa, que decorreu entre 30 de Outubro e 2 de Novembro, no Centro de Exposições de Leipzig, na Alemanha, excedeu todas as expectativas registando 1450 participantes.

Com o objectivo de fomentar e consolidar as políticas regionais no contexto europeu, o EUREGIA - um conjunto de várias conferências, *workshops* e exposições - reuniu cerca de uma centena de expositores oriundos de vários países europeus e profissionais nas diferentes áreas de intervenção desde planeamento local, promoção ambiental, ordenamento territorial, renovação urbana ou desenvolvimento rural. Entre estes estiveram representantes de alguns GAL portugueses - Adices, Adrepes, Adrimag, Pinhal Maior e Raia Histórica.

Do programa, destaque para o Fórum Este-Oeste, onde foi discutido amplamente o futuro da política regional comunitária face ao desafio do alargamento da União Europeia, e a conferência de agentes de desenvolvimento alemães, organizada pela Academia para a

Investigação Ambiental e Planeamento Regional (de Hanôver), na qual 140 especialistas discutiram os resultados de investigações e projectos para uma gestão económica sustentável, contribuindo desta forma para o debate e troca de informações pós-Joanesburgo. O LEADER e o INTERREG foram alguns dos programas que estiveram em cima da mesa.

Do EUREGIA 2002 fizeram ainda parte eventos relacionados com novas aproximações ao nível das comunicações, com *workshops* sobre formação em desenvolvimento regional, administração regional, desenvolvimento económico dos governos locais, avaliação e controlo de projectos, e ainda mercados de turismo na União Europeia e nos países candidatos. A sublinhar a troca positiva de experiências sobre desenvolvimento rural entre os participantes, nomeadamente no que respeita ao parceria com as autoridades públicas provando, assim, o sucesso e a grande receptividade da iniciativa que terá lugar novamente de 27 a 30 de Outubro de 2004.

M.R.

Um lugar único e obrigatório

O Castelo de Aguiar

Transformemo-nos em deuses. Peguemos numa encosta granítica semeada de grandes penhascos ciclóticos. Revistamo-la de uma camada de castanheiros e carvalhos que fazemos rumorejar ao som de uma leve brisa. Coloquemos no topo, no rochedo mais alto, umas ruínas musgadas de um pequeno castelo. Iluminemos tudo com a luz suave do Outono. Teremos construído um cenário romântico, único e inesquecível.

Não precisamos de ser deuses. Este cenário existe, algures no Norte do país, no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Dá pelo nome de Castelo de Aguiar e deveria ser visita obrigatória para os amantes da beleza e da poesia. Escondido e quase só acessível aos predestinados. Aos curiosos, aos amantes.

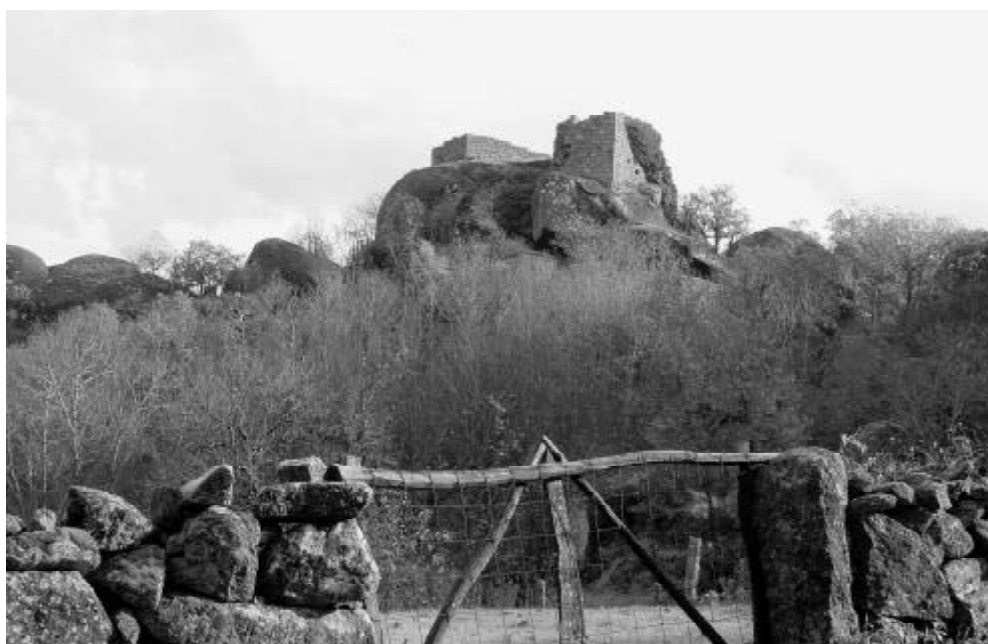
Quando circulamos na estrada que liga Vila Real a Chaves, nas proximidades de Vila Pouca, encontramos no caminho, discreta, a indicação de Pontido e Castelo. Se o topónimo nos despertar a curiosidade e procurarmos com o olhar a cumeada do Alvão à procura da silhueta de um Castelo, não encontraremos mais do que penhascos. Não desanimemos porém. Aventuremo-nos no caminho que nos conduz, de imediato, a uma frondosa mata de carvalhos e castanheiros até chegarmos à povoação do Pontido. Ai, solicitada informação a qualquer dos tranquilos habitantes, descortinaremos a estreita e sinuosa estrada que nos faz subir a encosta. Carvalhos e castanheiros centenários recortam-se entre grandes blocos de granito, numa paisagem que nos transporta para épocas medievais. Numa das curvas do caminho encontraremos sinalização que nos indica o Castelo. Não hesitemos, mesmo que o espírito incrédulo nos faça temer o engano. O caminho é um tapete de folhas castanhas que serpenteia entre árvores grandiosas e ciclóticos blocos de granito. Passemos sob a grande laje de granito que ao longo de séculos terá abrigado rebanhos, pastores e passantes. Mais adiante vamos encontrar uma porta com acesso a uma escada tosca e a um novo pano de muralhas. A custo, na rocha dura, transponhamos a segunda porta. Estamos num circuito amuralhado, já muito

destruído mas todo ele assente na rocha granítica. Subindo aos muros poderemos aceder ao tecto granítico de uma antiga dependência de habitação. Ai, suspensos, percorreremos com os olhos o largo horizonte da veiga de Aguiar. Um larguíssimo vale entre o Alvão e a Padrela, desde sempre uma fonte de riqueza agrícola e um dos acessos privilegiados para as terras de Panóias e para o vale do Douro.

Com os olhos embevecidos na beleza da paisagem, os pulmões revigorados pela pureza do ar, ser-nos-á fácil imaginar porque razão, ainda antes da nossa nacionalidade, o local foi escolhido para acolher pequenas guarnições militares que pudessem assegurar a vigilância do vale e de todos os movimentos de penetração no interior do território. Esta função de vigilância prolongou-se por vários séculos, perdendo no entanto a eficácia com a construção da linha de castelos fronteiriços levada a cabo pelos nossos primeiros reis. O Castelo de Aguiar sofreu assim um lento declínio. Muitas das pedras foram utilizadas nas construções das aldeias vizinhas. Aos nossos dias chegou a ruína, mas tão fantástica e ajustada que mais parece propositada.

Referências camilianas

No século passado, Camilo Castelo Branco que dele foi vizinho quando viveu com a irmã em Vilarinho da Samardã, serviu-se do castelo como cenário no romance "O esqueleto". É de lá um dos personagens, Ricardo de Almeida, que por amor de Margarida desbarata toda a sua fortuna: *"Modestamente omitiu na noti-*



Francisco Botelho

continua >>



Francisco Botelho

cia da sua pessoa que era um fidalgo do Vale de Aguiar, senhor do solar e castelo daquele nome, descendente por varonia de Duarte de Almeida, o celebrado alferes da bandeira que, a defendê-la com mãos e dentes, perdera os dentes e as mãos na batalha de Toro, em 1476. Falou, porém, no seu castelo, que a francesa traduziu Château, "casa campestre", coisa de nenhuma importância arqueológica. Ricardo de Almeida ignorava a língua francesa, o que vinha a ser uma falta para dar do seu castelo solarengo uma cabal ideia."

E se não se conhecem outras peças românticas que enalteçam os predicados do Castelo de Aguiar, ele ali continua disponível aos nossos olhos enamorados.

Um projecto de recuperação e revitalização

Ao lado, na encosta do Alvão, encontramos a silhueta da povoação do Castelo, constituída por casas de granito entre rochas e ramadas de vinha. Terra pobre, encrostada no granito, poucas alterações arquitectónicas sofreu até hoje, o que lhe transmite uma nota de genuinidade invulgar nas nossas povoações de montanha. Uma nota que a constitui numa jóia da arquitectura rural transmontana. Muitas das construções abandonadas e com sérios problemas de conservação, a aldeia do Castelo era uma das muitas condenadas ao total abandono e ruína. Mas a sensibilidade para o valor patrimonial do conjunto do castelo e da povoação levou a que ali se procedesse a uma intervenção cuidada e criteriosa que o tempo demonstrará se foi eficaz no caminho da preservação da memória e da revitalização humana. A Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar e a ADRAT, com o apoio do Programa LEADER II, levaram a cabo um estudo criterioso de todo o espaço da aldeia, definindo tipologias arquitectónicas e intervenções de recuperação e redimensionamento das habitações. Um trabalho de animação que envolveu estudantes de arquitectura e que produziu uma carta de intervenções que permitirá, ao longo dos anos, uma revitalização de toda a aldeia do Castelo. E a recuperação foi iniciada com a criação de um núcleo de interpretação alojado numa das casas já em ruínas junto ao acesso do castelo. Outras pequenas intervenções surgiram no interior do núcleo de habitações. E introduziu-se iluminação e sinalização criteriosamente estudadas para se integrarem no espaço. E criou-se estacionamento e instalações sanitárias para os visitantes do Castelo.

Hoje, o Castelo de Aguiar tem condições para se inserir nos circuitos turísticos de Trás-os-Montes e de Portugal. E a povoação do Castelo tem o enquadramento necessário para a sua revitalização, beneficiando da mais valia que os visitantes do Castelo podem trazer à sua vida.

Visitar o castelo de Aguiar é uma experiência única. Um lugar especial e obrigatório para românticos empedernidos como todos nós.

Francisco Botelho
frbotelho@inde.pt

AGROTEC 2002 5 a 8 Dezembro

Dirigida, em especial, a agricultores, escolas, representantes de máquinas agrícolas, a Agrotec 2002, realizar-se-á na Feira Internacional de Lisboa (FIL), e pretende ser um verdadeiro ponto de encontro do sector. Para além dos inúmeros expositores ligados ao sector (agroquímicos, leite, vinho, equipamentos agrícolas e florestais, informática aplicada, organismos oficiais, ensino e serviços diversos), a Agrotec 2002 inclui ainda no seu programa a realização de conferências e workshops temáticos.

Contactos
AIP/FIL Tel.: 21 8921500
agrotec@aip.pt
www.acap.pt

OCA III - Orientações para a elaboração de candidaturas 6 de Dezembro 2002

É o tema do *workshop* que a MARCA, Associação de Desenvolvimento Local vai realizar no âmbito do projecto de intervenção sócio-comunitária Monte Maior - Acção "Sensibilização, Informação e Animação de Membros de Associações e Agentes de Desenvolvimento" no próximo dia 6 de Dezembro na sua sede, em Montemor-o-Novo.

Para mais informações, contactar
MARCA
Largo General Humberto Delgado, n.º 7 - 1.º
7050-123 Montemor-o-Novo
Tel./Fax: 266 891 222
E-mail: marca.adl@mail.telepac.pt
Internet: <http://planeta.clix/marca-adl>

1.ªs Jornadas Micológicas da Serra da Estrela

A ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, conjuntamente com o Parque Natural da Serra da Estrela, vai organizar nos dias 6 e 7 de Dezembro as 1.ªs Jornadas Micológicas da Serra da Estrela.

A vila de Manteigas, território de intervenção do LEADER+ Serra da Estrela, foi o local escolhido para a realização deste colóquio que tem por principal objectivo sensibilizar a população para a importância da actividade micológica.

Para saber mais, contactar
ADRUSE
Tel.: 238 490 180
E-mail: adruse@ip.pt

2.ª AG da ADERES 20 de Dezembro 2002

No dia 20 de Dezembro, a ADERES - Associação de Desenvolvimento realiza, na sua sede social, a segunda Assembleia Geral Ordinária de Associados. Segundo informação enviada pela associação, tratar-se-á de um momento alto de reflexão pois a ETL e a Direcção da ADERES vão apresentar e analisar com o GAL os trabalhos realizados no que respeita à implementação do PDL e do Plano de Cooperação LEADER+. A Associação aproveitará ainda o dia para assinar mais uma dezena de contratos de apoios financeiros a projectos externos aprovados pelo Conselho de Gestão do PDL LEADER+ Estrela-Sul.

ADERES
Largo N. Sr.ª do Carmo, n.º 4 e 6
Cortes do Meio
Tel.: 275 970 070
E-mail: aderes@mail.telepac.pt

BTL 2003 22 a 26 de Janeiro 2003

A edição de 2003 da BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa decorre na FIL, no Parque das Nações, em Lisboa, de 22 a 26 de Janeiro de 2003 e tem como principal objectivo a promoção da qualidade da oferta turística nacional. A semelhança das anteriores edições, a BTL 2003 não se esgota na vertente expositiva, abrangendo as áreas da animação cultural, da formação profissional e empresarial do sector turístico e da gastronomia. O programa refere a presença de diversos ranchos folclóricos, tunas académicas e bandas de música e a realização de colóquios, seminários e conferências e outras actividades culturais mas o grande destaque vai para a gastronomia, pois para além do habitual arraial gastronómico, terá lugar na BTL 2003 atribuição dos prémios aos vencedores dos 1.º Concurso Nacional de Gastronomia.

Para saber mais, contactar
FIL
Tel.: 21 8921522/27/28
E-mail: press@aip.pt



Roteiros com as aves do Alentejo

Pais, Miguel Caldeira e Cangarato, Rogério; CEAI - Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, 2001

Com o apoio do LEADER II/ESDIME, MONTE, ROTA DO GUADIANA e TERRAS DENTRO

Divulgar os valores ornitológicos do Alentejo aos entusiastas da observação de aves, mas também facultar ao restante público uma publicação com utilidade ao nível da aquisição de conhecimentos no domínio das questões ambientais foi o que levou o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica a editar estes *Roteiros com as aves do Alentejo*.

A publicação - recheada de ilustrações e fotografias de excelente qualidade - é constituída por três suportes informativos independentes: um manual de introdução ao estudo e observação de aves, um guia e quatro folhetos. O manual destina-se sobretudo aos que se queiram iniciar na actividade, o guia apresenta uma sintética caracterização biofísica da região do Alentejo, a descrição, individualizada, de um conjunto de 18 roteiros repartidos pelas unidades ecológicas que constituem o Alentejo, e ainda um conjunto de tópicos com particular interesse para aqueles que pretendam informação mais específica sobre as aves e os seus habitats. Para além da sugestão dos roteiros e dos percursos de observação da Natureza que dão a conhecer algumas das áreas de maior interesse ornitológico do Alentejo, os autores pretendem igualmente informar e sensibilizar a população sobre a problemática da conservação da Natureza e, ao mesmo tempo, lançar um alerta para a necessidade de conservar este património, as ameaças que o atentam e a informação sobre os meios legais para lhes fazer frente.



A flora e a vegetação da Serra da Estrela

Silva, A. R. Pinto da e Teles, A. N.; Parque Natural da Serra da Estrela/Instituto da Conservação da Natureza, 1999

Com o apoio do LEADER II/ADRUSE

A caracterização de toda a diversidade de formações e tipos de ocupação do solo que podemos encontrar nas paisagens naturais e humanizadas da Serra da Estrela é o que nos oferece esta publicação editada pelo Instituto da Conservação da Natureza com o apoio do LEADER II Serra da Estrela.

Um guia da flora e da vegetação da mais emblemática das serras portuguesas - de grande actualidade e utilidade para todos que à Serra da Estrela se dirijam, é como pode ser definido...

"É que ele ensina e ajuda a olhar e a sentir a Serra. Mesmo em épocas menos propícias, por vicissitudes do tempo meteorológico ou do calendário, com o guia em punho, há sempre o ensejo de gozar melhor e fazer perdurar emoções simples, que revigoram e recriam o espírito... pode ser a frescura dos cervinais floridos, as ricas cores e perfume dos matos, o fogo dos giestais ou tão só o contraste matizado de folhagens e sombras nas raras matas de carvalhos e castanheiros".

Salpicada de fotografias de algumas das espécies e subespécies que compõem o mosaico do revestimento vegetal da Serra da Estrela, a publicação inclui ainda um índice florístico e deixa uma nota sobre as medidas de protecção e regulamentação para as áreas de reserva consideradas no Parque Natural da Serra da Estrela, tendo em vista quer a protecção da flora quer da vegetação.



O Julgado de Margem e Longomel

Pestana, Manuel Inácio; Câmara Municipal de Gavião, 1996

Com o apoio do LEADER II/LEADERSOR

Na Idade Média existia no termo do concelho de Ponte de Sor, entre os lugares da ribeira de S. Bartolomeu e Vale de Gaviões, estendendo-se até aos limites do concelho de Gavião, um outro concelho - o de Margem e Longomel. Da associação entre si destes dois lugares derivou a criação do Julgado de Margem e Longomel, designação que acabou por substituir a tradicional de concelho.

Parece que até Outubro de 1855 todos os concelhos eram julgados mas isso não é totalmente claro. Indagar sobre as diferenças entre estas duas designações - que parecem confundir-se - é o ponto de partida desta obra editada pela Câmara Municipal de Gavião com o apoio do LEADER II, através da associação LEADERSOR.

A história que esta publicação dá conta em cerca de 100 páginas (recheadas de pormenores absolutamente deliciosos) - a história do Julgado de Margem e Longomel - é, afinal, apenas um capítulo da história do concelho de Gavião.

www.espigueiro.pt



O Espigueiro - Central de informações Regionais é um portal transmontano, desenvolvido pelo Centro de Informática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CIUTAD). Com uma primeira página composta por notícias, reportagens, entrevistas e artigos de opinião sobre a região, o portal deixa em aberto ligações a três grandes áreas de pesquisa: Directório Regional, Serviços de Extensão e Serviço Cooperativo. Na primeira

encontramos ligações a sítios de Comunicação Social, Cultura, Empresas e Serviços, Ensino e Investigação, Internet, Região, Sociedade, e Turismo e Lazer.

Nos Serviços de Extensão, existem *links* para Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, e para a Comunidade Emigrante, bem como ligações para o GeoEspigueiro - área do portal através do qual se pretende disponibilizar informação geográfica diversa, e a Espiguiinha - projecto desenvolvido no âmbito do Serviço Cooperativo de Extensão em Trás-os-Montes e Alto Douro (SCETAD), e que pretende promover a familiarização da comunidade escolar com as novas tecnologias.

No Serviço Cooperativo, faz-se a apresentação do SCETAD, serviço que visa promover programas de informação para os cidadãos e democratizar o acesso à sociedade de informação, por forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Apoio às Escolas, Gabinete de Apoio ao Cidadão, Portal do Utente Hospitalar ou Extensão Autárquica, são alguns dos itens encontrados nesta secção.

O espigueiro.pt dispõe ainda de um espaço de votação para auscultar opiniões sobre assuntos actuais, fóruns de discussão, e espaços de incentivo à colaboração dos internautas que marcam o dinamismo e interactividade deste sítio.

www.teatrooalargo.com



"O Teatro ao Largo é uma surpresa comovente. Com eles, e graças a uma coragem rara, o teatro itinerante em Portugal, tradicionalmente pobre e patético, ganhou estatuto europeu", Eugénia Vasques, in *Expresso* 96/10/12.

As elogiosas palavras de Eugénia Vasques traduzem o profissionalismo e talento desta companhia de teatro formada em 1994, com sede em Odemira, e que se dedica a levar o teatro às vilas e aldeias do Alentejo, e um pouco por todo o país, sempre "ao coração da comunidade", e que actua ao ar livre ou no seu próprio teatro móvel (com palco, bancadas e sistemas de luz e som).

Um percurso na estrada iniciado em 1995, com a peça "Mirandolina", de Carlo Goldoni, e repetido em peças como "O Auto da Lusitânia", de Gil Vicente, "O Homem Que Plantava Árvores", de Jean Giono, ou "A Mulher dos Cinco Maridos", de Geoffrey Chaucer, num total de 20 peças já encenadas ao longo destes oito anos. Celorico da Beira, Seixal ou Pouca Farinha são algumas das 197 localidades onde o Teatro ao Largo já actuou, pelo menos, uma vez. Só em 2001, a companhia realizou cerca de 112 apresentações, atingindo 18 020 espectadores.

No sítio do Teatro ao Largo é possível ainda aceder a informações sobre as peças em cena e a agenda de espectáculos, conhecer a equipa técnica e os seis actores (Steve Johnston, Pura Pinto Leite, Rui Penas, Solange Ribeiro, Ricardo Santos e Steve Potter), bem como aceder a um histórico das peças encenadas, um álbum de fotografias, críticas da imprensa, e espectáculos realizados.

www.arde.cybermap.pt



No sítio da ARDE - Associação Regional para o Desenvolvimento, constituída em Setembro de 1995 com o objectivo imediato de candidatura à gestão do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, o utilizador poderá consultar os

projectos apoiados pela ARDE, no âmbito do LEADER II, encontrar toda a documentação do novo LEADER+ e, naturalmente, os contactos da associação.

A ARDE é resultado de uma parceria entre as Câmaras Municipais de Ponta Delgada e Vila do Porto, Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, e a sua zona de intervenção abrange os concelhos de Ponta Delgada e Vila do Porto; 27 freguesias no total.

A ligação ao LEADER+ disponibiliza informações sobre este programa, com a apresentação do Regulamento Geral e Regulamento Específico. No item PDL, encontra-se uma descrição sumária do Plano de Desenvolvimento Local da ARDE, e ainda um mapa da Zona de Intervenção da associação. O sítio permite ainda o preenchimento de um formulário de candidatura online, e o download dos documentos em formato Word.

Reflorescer o Azevinho

Desde sempre que o nosso imaginário natalício é povoado de pequenas folhas verdes recortadas e encimadas com minúsculas e delicadas bagas vermelhas... Referência obrigatória desta época festiva, o azevinho surge como um símbolo de conforto e hospitalidade, adornando portas e lareiras ou, simplesmente, emprestando cor aos postais de boas-festas....



Duqueira-LEADER+ ELOZ

Espécie nativa da região Oeste da Ásia e do Sul e Oeste da Europa, o azevinho - *Ilex aquifolium* - existe em diversos outros países cultivado como planta ornamental, devido à sua beleza. A utilização dos seus ramos e frutos para fins ornamentais, sobretudo na quadra natalícia, tornou o azevinho tão conhecido como raro enquanto planta espontânea.

Em Portugal, o azevinho está presente fundamentalmente na região Noroeste, em vales encaixados orientados a Sul, que apresentam condições climáticas vantajosas para este tipo de vegetação. Sendo uma espécie com características bastante peculiares, que se desenvolve em micro-climas (geralmente encostas de montanha ensombradas) e requer solos frescos, a sua cultura intensiva implica criar, artificialmente, condições ambientais muito especiais ao nível das condições climáticas e tipo de solos. Não se encontrando reunidas estas condições ideais, a planta do azevinho - que pode atingir uma altura de oito a 10 metros - perderá as folhas no Verão, ficando os ramos desprovidos da tradicional beleza e, consequentemente, sem qualidade comercial.

Travar o abusivo, selvático e ilegal corte deste arbusto, que se encontra protegido por lei (D.L. 423/89, de 4 de Dezembro), e acautelar as poucas espécies que nascem e crescem de forma espontânea na Serra da Lousã e, por outro, responder à crescente procura do mercado, sobretudo por parte de floristas e especialmente na quadra na-

talícia, foram as razões que estiveram na origem do projecto "Reflorescer o Azevinho". Um projecto que parte de um homem com uma grande preocupação ecológica mas também da percepção de uma oportunidade de negócio que apontava a sua produção intensiva.

Uma intervenção agrícola inovadora

Levado a cabo na mais pequena freguesia do concelho da Lousã, o projecto contempla também a ideia do promotor de que a agricultura pode ser rentável, apostando numa intervenção agrícola inovadora. Com um forte apego à natureza e uma grande vontade de trabalhar em contacto com a terra, e a existência de um terreno com aptidão para este tipo de espécie, o projecto começa a ganhar forma. Tendo em conta as características da planta, o desenvolvimento de um projecto desta natureza e envergadura só era possível com apoio externo. Pela sua especificidade de apoio ao mundo rural, o programa LEADER constituiu-se como o instrumento financeiro privilegiado à sua implementação.

Depois de alguns contratempos, alheios à vontade do promotor, as primeiras plantas foram plantadas na Primavera de 2000. Das cerca de 700 variedades de azevinho conhecidas, a opção do promotor recaiu nas espécies que mais se assemelham com a planta autóctone da Serra da Lousã e que garantem uma frutificação abundante de

bagas vermelhas. No último ano foi plantada uma nova variedade, de folha caduca no período da frutificação (extremamente rara no país) e que elevou para 1 200 o número de plantas da exploração.

O projecto utiliza o sistema de rega gota a gota, dirigido a cada planta, uma técnica que garante não só um nível adequado de água a cada planta como previne o seu mau desenvolvimento no período mais seco. Este é já o quarto ano após a plantação, começando agora a ser possível fazer as primeiras podas e a perspetivar uma optimização total do espaço existente e o aumento da área de exploração, encontrando-se já em estudo a possibilidade de expandir o negócio.

"Reflorescer o Azevinho" começa assim a assumir contornos de um projecto bem sucedido que, apesar de ter exigido muita persistência, tempo e condições climáticas para se desenvolver, pode ser apontado como um projecto exemplar da aplicação dos fundos comunitários, designadamente do Programa Leader/ ELOZ. Entre LOusã e Zêzere.

Duqueira-LEADER+ ELOZ

Projecto aprovado no âmbito do Programa LEADER II/ELOZ. Entre LOusã e Zêzere na Área 4.4.01 - Apoio ao Nível da Produção Agro- Alimentar e Ambiental, com um montante total de 7.013.981\$00, participando a 65% pela União Europeia num total de 4.559.088\$00.
Promotor: O Estufim, espaços verdes e inovação, Lda

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 4 | Novembro 2002

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende, Cristina Cavaco, Francisco Botelho, Guilherme Lewes, Maria do Rosário Serafim, Paula Matos dos Santos

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão

Colaboraram neste número

Aderes, Adirn, Aduze, Alentejo XXI, Arnaud de la Tour, Atahca, Camilo Mortágua, Dolmen, Dueceira, Federação Minha Terra, Maria do Rosário Serafim, Marta Rodrigues, Rosa Tavares, Sandrine Palhinhas, Terras Dentro

Edição gráfica

Diogo Lencastre (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

nº 142 507/99

Registo ICS

nº 123 607



